



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

**O TRABALHADOR IDOSO: previdência social e o retorno para o
mercado de trabalho**

FRANCINILDE FERREIRA MAFRA

Rio de Janeiro
2015

FRANCINILDE FERREIRA MAFRA

**TRABALHADOR IDOSO: previdência social e o retorno para o
mercado de trabalho**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Serviço Social da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do grau de
bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof^ª. Dr.^a Marilene Coelho

Rio de Janeiro
2015

DEDICATÓRIA

Primeiramente, gostaria de dedicar este trabalho aos meus pais, Leocadia Ferreira, Edith Pires Braga e João Raimundo Carvalho Mafra, por serem minhas inspirações, meus mestres e meus eternos heróis. Sem vocês, nada disso seria possível. Muito obrigada por me mostrarem o caminho da educação para tentar vencer as dificuldades, que são impostas por essa sociedade tão desigual. Obrigada pelo apoio e preocupação, mas principalmente, pelo grande amor que sempre tiveram por mim.

Segundo, dedico aos meus queridos irmãos, que são os meus presentes que Deus me deu. Por último, dedico à amiga Lays Lira, que me apoiou, tanto financeiramente, como emocionalmente. Obrigada minha eterna amiga, hoje como gostaria que você estivesse aqui neste plano para abraçá-la e agradecê-la por tudo que fizestes por mim.

TRABALHADOR IDOSO: previdência social e o retorno para o mercado de trabalho

A Comissão Examinadora é Integrada pelos membros:

Orientadora:

Professora Dr.^a Marilene Coelho

Examinadores:

Prof.^a. Dr.^a Luana de Souza Siqueira

Prof.^a. Dr.^a Sheila de Souza Backx

Rio de Janeiro

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora, por estarem sempre comigo, principalmente, nos momentos turbulentos. Aos meus grandes amigos que conquistei nesta árdua caminhada, que me apoiaram e me abraçaram nos momentos alegres e tristes, que abriram mão do seu tempo para me ajudar em todos os momentos que precisei. Sem vocês tudo se tornaria mais difícil. Como é bom ter amigos! Amo vocês.

Agradeço a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Marilene Coelho, pela confiança, pelo incentivo, pelo carinho e pelas reflexões objetivas que ajudaram a expandir a minha visão para construção deste trabalho, assim como para além dos muros da faculdade.

Meu carinho todo especial a Prof.^a Dr.^a Cleusa Santos, por me acolher no seu grupo de pesquisa e, a todos os professores que contribuíram na minha trajetória acadêmica, dividindo saberes, trocando informações e, incentivando-me.

Meus agradecimentos às Prof.^a Dr.^a Luana de Souza Siqueira e Prof.^a Dr.^a Sheila de Souza Backx, por terem aceitado fazer parte desta banca, em meio aos diversos compromissos que cada uma de vocês tem.

EPIÍGRAFE

“O capital não tem a menor consideração pela saúde ou duração da vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o força a respeitá-la”.

Karl Marx

RESUMO

Mafrá, Francinilde Ferreira. **O trabalhador idoso: previdência social e o retorno para o mercado de trabalho**. Rio de Janeiro, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

O presente estudo busca analisar, de forma aproximativa, os impactos das transformações no mundo do trabalho no contexto da reestruturação produtiva e do neoliberalismo sobre o trabalhador idoso, no que diz respeito à previdência social e a sua inserção no mercado de trabalho. Para desenvolver o estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica e buscou-se os dados sobre a política salarial no Brasil e o mercado de trabalho nas bases de dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Desta forma, o conteúdo do trabalho está organizado em dois capítulos. O primeiro capítulo aborda os fundamentos ontológicos do trabalho. Buscou-se apresentar um breve contexto histórico sobre o trabalho. No segundo capítulo procurou-se analisar a realidade do trabalhador idoso: previdência social em relação aos seus direitos previdenciários e problematizou-se a necessidade de seu retorno para o mercado de trabalho. Observou-se ao final deste estudo a importância de se aprofundar o conhecimento sobre a realidade do trabalhador idoso uma vez que as medidas neoliberais atingem os seus direitos trabalhistas/previdenciários, ocorrendo à retração destes direitos. Em decorrência destas medidas e, sobretudo, da crescente acumulação da riqueza nas mãos de poucos, ocorre a necessidade dos trabalhadores aposentados, fundamentalmente, com baixa renda, retornarem ou permanecerem no mercado de trabalho.

Palavras-chaves: Trabalhador idoso, mercado de trabalho, aposentadoria e pensão.

LISTA DE GRÁFICOS OU TABELAS

Tabela 1: Nota Técnica nº 143 – DIEESE 2015: Reajuste do salário mínimo 2003-2015.....	75
Tabela 2: Nota Técnica nº 143 – DIEESE 2015: Diferença de salário mínimo no setor público.....	76
Tabela 3: Nota Técnica nº 143 – DIEESE 2015: O impacto do reajuste do salário mínimo de 8,48% na remuneração dos trabalhadores do setor público.....	77
Tabela 4: Nota Técnica nº 143 – DIEESE 2015: Distribuição dos trabalhadores ocupados por faixa de rendimento que recebem até 1 salário mínimo, de 1 até 2 SM e mais de 2 SM nas diversas regiões brasileiras.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH- Banco Nacional de Habitação

BPC- Benefício de prestação Continuada

CAP'S- Caixas de Aposentadoria e Pensões

CEME- A Central de Medicamentos

CF – Constituição Federal de 1988

COBAP - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

CNPS- Conselho Nacional de Previdência Social

CODEFAT- Conselho Deliberativo do Fat

DATAPREV- Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FGTS- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC- Fernando Henrique Cardoso

FUNABEM- Fundação Nacional para o Bem-estar do menor

FUNRURAL- Fundo de Assistência e Previdência do Trabalho Rural

IAPS- Institutos de Aposentadorias e Pensões

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INAMPS- Instituto Nacional de Assistência Médica

INPC- Índice Nacional de Preço ao Consumidor

INPS- Instituto Nacional de Previdência Social

INSS- Instituto Nacional de Seguridade Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISSB- Instituto de Serviços Sociais do Brasil

LBA- Legião Brasileira de Assistência

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

MPC- Modo de Produção Capitalista

PASEP- Programa de Formação do Patrimônio do Serviço Público

PBF- Programa Bolsa Família

PIS- Programa de Integração Social

PM- Medida Provisória 664/665

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

PNI- Política Nacional do Idoso

RGPS- Regime Geral de Previdência Social

RPC- Regime de Previdência Complementar

RPPS- Regime Próprio dos Servidores Públicos

SINPAS- Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social

SIS – Síntese de Indicadores Sociais

SPPS- Secretária de Políticas da Previdência Social

SUS- Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO.....	16
1.1 – A crise do capitalismo e a reestruturação produtiva na contemporaneidade.....	21
1.2 - Crises do capital e o neoliberalismo.....	47
CAPÍTULO II – O TRABALHADOR IDOSO: PREVIDÊNCIA SOCIAL E O RETORNO PARA O MERCADO DE TRABALHO.....	50
2.1-Trabalho e aposentadoria: a política de previdência social.....	54
2.2 - Trabalho e salário: notas sobre - a política de salário no brasil.....	70
2.3 - O Trabalhador idoso e o retorno ao mercado de trabalho.....	79
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
4. REFERÊNCIAS.....	87

INTRODUÇÃO

Observa-se que o número de idoso no Brasil vem crescendo cada vez mais. Em 1991, a população de 60 anos ou mais de idade era de 10.722.705 e de acordo com o Censo de 2002, esse número passou para 14.536.029, idoso (Censo Demográfico, 2002). Segundo o discurso dominante, o crescimento da “população idosa” provoca a crise sobre o sistema de proteção previdenciário público.

O perfil da “*população idosa*” mais marcante em 2013 apontado pelos dados da SIS-IBGE (2014, p.37), era:

- Maioria de mulheres no grupo (55,5%), sendo na Região Norte onde a proporção de mulheres idosas era menor (50,5%) e no Sudeste onde foi maior (56,7%);
- maioria se declarou como branca (53,4%), com indicador atingindo 79,5% dos idosos na Região Sul e somente 24,4% na Norte;
- 83,9% residentes em áreas urbanas, especialmente na Região Sudeste (92,6%);
- inserção no domicílio como a pessoa de referência (64,4%), principalmente no caso dos homens (80,3%);
- média de 4,7 anos de estudo, mas variando de 3,3 anos de estudo no Nordeste a 5,5 anos na Sudeste. 28,4% tinham menos de um ano de estudo, sendo que no Nordeste esse indicador chegou a 46,9%.
- 76,1% recebia algum benefício da previdência social, sendo que 75,3% dos homens e 59,8% das mulheres eram aposentados; e
- 48,4% tinham rendimento de todas as fontes superior a um salário mínimo (55,4% estavam nesta condição na Região Sul). 41,6% dos idosos residia em domicílios com rendimento mensal *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo, sendo os valores significativamente mais altos no Norte (59,6%) e Nordeste (61,2%).

Desta forma, buscou-se através do presente estudo analisar os impactos das transformações no mundo do trabalho no contexto da reestruturação produtiva e do neoliberalismo sobre o trabalhador idoso: previdência social e o retorno para o mercado de trabalho.

O interesse pela temática surgiu do cotidiano, após ver a divulgação da mídia e dos Institutos Pesquisas, que há uma expansão do mercado de trabalho para o trabalhador idoso e, que os mesmo estão cada vez mais retornando para o mercado de trabalho para se sentirem bem, ativos, autônomos e respeitados.

Porém, a realidade é outra. Nota-se que no atual contexto de desenvolvimento do capitalismo as transformações no mundo do trabalho atingem os trabalhadores idosos

duplamente. No que diz respeito aos seus direitos trabalhistas/previdenciários e, vinculado à retração destes direitos, a necessidade de retornar ou permanecer no mercado de trabalho. Sendo assim, depara-se no cotidiano com o trabalhador idoso queixando-se da renda dos benefícios da previdência, que são insuficientes para sua sobrevivência e da sua família. A situação se torna mais agonizante para uma grande parcela de trabalhadores idosos que, não recebem aposentadoria ou pensão e que residem em domicílios com uma renda per capita mensal igual ou inferior a um salário mínimo.

Portanto, diante desta dura realidade o trabalhador idoso é obrigado a retornar para o mercado de trabalho que amplia cada vez mais a ocupação da força de trabalho idosa. Estes trabalhadores reinserem-se, sobretudo, no trabalho informal, no setor de serviço e do comércio, que apresentam um grande índice de rotatividade, de baixos salários, grande jornada de trabalho e ausência dos direitos trabalhistas.

Sendo assim, é de fundamental a intervenção estatal no mercado de trabalho para regulá-lo e fazer frente às estratégias desenvolvidas pelo sistema capitalista, que amplia cada vez mais a sua taxa de lucro mediante a superexploração da força de trabalho. Desta maneira, é de extrema importância a manutenção da valorização da política de salário mínimo, principalmente, para os trabalhadores menos organizados.

A metodologia usada para realizar este trabalho consiste no estudo bibliográfico de alguns autores que tratam do tema, como José Paulo Netto e Marcelo Braz, Ricardo Antunes, entre outros e pesquisa nas bases de dados do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Estruturou-se no primeiro capítulo fundamentos ontológicos do trabalho, buscando apresentar um breve contexto histórico sobre o trabalho. Juntamente, analisou-se sucintamente a crise do capitalismo e a reestruturação produtiva na contemporaneidade. Destacando paralelamente as crises do Capital e o Neoliberalismo.

Procurou-se considerar a realidade do trabalhador idoso, no segundo capítulo, analisando a previdência Social em relação aos seus direitos previdenciários e problematizando a necessidade de seu retorno para o mercado de trabalho.

Capítulo I - OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO

Segundo Marx (2002, p. 211), “antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio com a natureza”.

Ou seja, de acordo com Marx (2002, p. 211) entende-se que a relação homem/natureza é imprescindível para a reprodução da vida humana, tornando-se assim, fundamental para sua sobrevivência. O homem, conforme Marx (2002, p. 211) atua sobre a natureza com as forças naturais de seu corpo, braço e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza transformando-os em bens materiais para satisfazer as suas necessidades, e essa transformação das matérias naturais se dá através do trabalho.

Para Marx (2002, p. 11) o homem atua sobre a natureza externa modificando-a, e esta natureza atua sobre ele, logo modificando a sua natureza também. Agindo assim, adquirindo novo conhecimento, criando novas possibilidades para o seu desenvolvimento, desta forma, o homem *diferencia-se* dos demais animais e *distancia-se da natureza*.

Conforme Netto e Braz (2008, p. 32), fundamentados em Marx, o trabalho é uma atividade projetada, porque antes do homem realizá-lo, ele a idealiza antecipadamente na sua mente o resultado a ser obtido. Em outras palavras, no trabalho tem-se uma projeção de resultados. Portanto, o trabalho dispõe de uma dimensão teleologicamente direcionada para um fim e para uma intencionalidade, isso quer dizer que o ser social dispõe de uma capacidade consciente e racional. Apenas o homem é capaz de agir teleologicamente e projetar as suas ações baseadas em escolhas.

Desse modo, Netto e Braz (2008, p. 33) dizem que tanto a finalidade quanto os meios de trabalho colocam para o sujeito exigências e condições que ultrapassam as determinações naturais. Isto quer dizer que, o sujeito deve tomar as suas decisões baseadas em escolhas entre alternativas concretas, ou seja, o sujeito analisa se o objeto (matéria) e ação são bons ou ruins, úteis ou inúteis, corretas ou incorretas, etc., se são validos ou não, para obtenção dos resultados do trabalho. Além disso, a finalidade e os meios do trabalho exigem do homem o

conhecimento da natureza e as suas propriedades para transformá-la, e assim, reproduzir as suas condições objetivas, garantindo com isso a sua existência através do trabalho e transmitindo para outro. Entretanto, para que isto ocorra, é necessário que o sujeito trabalhe em cooperação, ou seja, coletivamente, estabeleça um canal de comunicação, como a linguagem articulada que, como afirmam Netto e Braz (2008, p. 41), é a responsável pela universalização, pela transmissão do conhecimento, pois é através dela que o homem se comunica e expressa os seus conhecimentos.

Uma aranha que executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha que supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (MARX, 2002, p.212).

Netto e Braz (2008, p. 29), como já foi mencionado – apontam que é através do trabalho que o homem produz os bens materiais e os distribuem para satisfazer as suas necessidades, seja ela individual ou coletiva, bem como, é por meio do trabalho que se torna possível a produção de qualquer bem, criando os valores que constituem a riqueza social. Ou melhor, é mediante o trabalho, que o ser humano atende as suas necessidades objetivas tais como alimentação, habitação, vestuário, saúde, educação, política entre outras necessidades, assim como é através do trabalho que a riqueza social é produzida coletivamente pelos indivíduos.

Portanto, é através do processo de trabalho que o homem produz e reproduz suas dimensões humanas, para satisfação de suas necessidades. Logo, o homem não pode viver sem a natureza e sem o trabalho.

A sociedade não pode existir sem a natureza afinal, é a natureza, transformada pelo trabalho, que propicia as condições da manutenção da vida dos membros da sociedade. Toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza - o que varia historicamente é a modalidade da relação da sociedade com a natureza: variam, ao longo da história, os tipos de transformação que, através do trabalho, a sociedade opera nos elementos naturais para deles se servir, bem como os meios empregados nessa transformação". Vale dizer: modificam-se, ao longo da história da humanidade, as formas de produção material da vida social e, por conseguintes, as condições materiais de existências nas quais vivem os homens (NETTO E BRAZ, 2008, p. 35).

Netto e Braz (2008, p.34) afirmam que “o trabalho só pode ser pensando como uma atividade exercida exclusivamente por homens, membros de uma sociedade, atividade através da qual transformam as formas naturais em produtos que satisfazem necessidades, que se cria a riqueza social”. Significa dizer que, o trabalho é uma atividade própria dos homens, e só pode ser realizada pelos homens, como também só eles são capazes de agir sobre a natureza através do trabalho, criando os meios e os instrumentos para satisfazerem as suas necessidades, bem como para se manterem e se reproduzirem. Netto e Braz (2008, p.34) também afirmam que “o trabalho é um processo histórico pelo qual surgiu o ser social e também pelo qual a humanidade se construiu como tal”, ou seja, foi através do trabalho que historicamente os homens surgiram, desenvolveram-se e organizaram-se.

De acordo com Netto e Braz (2008, p.56) os primeiros seres humanos viviam em comunidade primitiva, residiam em abrigos extremamente brutos, alimentavam-se de vegetais e de caças, mas com o passar do tempo, esses grupos foram produzindo instrumentos menos grosseiros e cada vez mais aperfeiçoados tais como arco, flecha, redes de pesca, canoas, remos, entre outros, deste modo, aos poucos foram construindo as condições para superar a penúria em que viviam. Netto e Braz (2008, p.56) ressaltam que este estado de pobreza absoluta era devido ao fato que tais grupos consumiam imediatamente os poucos bens que produziam, bem como os compartilhavam entre si. Logo, não existia a propriedade privada de nenhum bem, portanto, não havia escravidão e nem exploração.

Todavia, com a domesticação dos animais e o aparecimento da agricultura, não só acarretou o desaparecimento das comunidades primitivas, como também possibilitou, pela primeira vez na história, a produção de bens que ultrapassavam as necessidades imediatas da sobrevivência dos seus membros. Dá-se assim, o surgimento do excedente econômico, que proporcionou a redução da penúria da comunidade primitiva, aumento da produtividade do trabalho, bem como maior divisão na distribuição do trabalho, acumulação dos bens produzidos, os quais não sendo utilizados no autoconsumo da comunidade destinam-se à troca com outras comunidades (NETTO E BRAZ, 2008, p.57).

Surge assim, a mercadoria e com ela as primeiras formas de trocas (comércio) somando-se essas transformações proporcionadas pela acumulação de bens, ou seja, o

excedente econômico dá-se a exploração do homem pelo homem, como também a comunidade divide-se, antagonicamente, entre aqueles que produzem o conjunto dos bens (os produtores diretos) e aqueles que se apropriam dos bens excedentes (os apropriadores do fruto do trabalho dos produtores diretos), resultará na extinção das comunidades primitivas, sendo estas substituídas pelo escravismo (NETTO E BRAZ, 2008, p.57).

Netto e Braz (2008, p. 65) apontam que o surgimento do excedente econômico muda por completo a forma das relações sociais. O homem passa a ser escravizado, explorado, e a sociedade passa a ser organizada através da força e da violência, assim como dividida em dois polos: no alto, encontrava-se uma minoria de proprietários de terras e de escravos (que ampliavam seus contingentes através de guerra) e na base estava o contingente de homens que não tinham se quer o direito de dispor da sua própria vida (os escravos) e entre esses dois grupos, encontravam-se os camponeses e artesãos livres.

Ainda segundo Netto e Braz (2008, p. 66) o excedente econômico toma a forma de mercadoria, ou seja, de valor de uso produzido para troca, tem-se o começo do desenvolvimento do comércio, que leva ao aparecimento do dinheiro (meio de troca) e, sobretudo, de um grupo social dedicado à atividade mercantil (os comerciantes ou mercadores).

No entanto, é no modo de produção escravista que se dá a introdução da propriedade privada dos meios de produção, a exploração do homem pelo homem, a diversificação da produção dos bens e a estimulação do comércio entre diferentes sociedades. Porém, o trabalho neste modo de produção era posto de maneira coercitiva, ou seja, os escravos eram obrigados a trabalhar em condições sub-humanas e todo excedente produzido por estes, eram subtraídos através da violência. (NETTO E BRAZ, 2008, p. 67).

Os comerciantes que se desenvolveram mediante o surgimento do comércio proporcionado pela mercadoria, de acordo com Netto e Braz (2008, p.75), configuraram um novo cenário, pois os mesmos se tornaram protagonistas econômicos mediante a sua transformação em uma nova classe social, ou seja, a classe burguesa que se fortalece entre os séculos XVII e XVIII.

Netto e Braz (2008, p.75) destacam que esta nova classe social, busca a sua hegemonia político-cultural, e para alcançar o seu objetivo toma o poder político através da Revolução

Burguesa em, 1789, colocando fim ao Antigo Regime, que a burguesia reconhecia como um obstáculo para o seu desenvolvimento. No começo do século XIX, a burguesia instaura o Estado Burguês e dessa forma coloca a seu serviço o exército, a política e a burocracia. Deste modo, a nova classe dominante articulou a superestrutura, isto é, o Estado, para o desenvolvimento das novas forças produtivas e assim se dá o modo de produção capitalista, gestado no ventre do feudalismo e no interior do qual a produção de mercadorias ocupa o centro da vida econômica.

1.1 A crise do capitalismo e a reestruturação produtiva na contemporaneidade

Entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e a passagem dos anos sessenta aos setenta, o capitalismo monopolista viveu uma fase única em sua história que ficou conhecida como “os anos dourados” ou ainda, “as três décadas gloriosas” (NETTO E BRAZ, 2008, p.195). Nesse período, os países centrais foram marcados por uma fase de expansão do capitalismo caracterizada por altas taxas de crescimento econômico, ampliação de empregos e salários, bem como uma forte intervenção do Estado na economia.

De acordo com Netto e Braz (2008, p.203) na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, inicia-se o estágio imperialista que intensifica ainda mais as contradições desse modo de produção. O capitalismo monopolista exige um Estado diferente daquele do capitalismo concorrencial, que garantia as condições externas para produção e acumulação capitalista e intervinha somente em situações precisas, pontuais e emergenciais. Entretanto, a natureza da ordem monopólica exige um Estado que vá para além desses limites e que garanta as suas condições gerais.

Nas palavras de Netto e Braz (2008, p.203):

Depois da crise de 1929, vários experimentos indicavam a constituição de um tal Estado; no imediato pós-guerra, se configurou plenamente, conjugando-se com a universalização do taylorismo-fordismo e legitimado pelas idéias Keynesianas. De fato, o imperialismo levou a à refuncionalização do Estado: sua intervenção na economia, direcionada para assegurar os superlucros dos monopólios, visava preservar as condições externas da produção e da acumulação capitalista, mas implica ainda uma intervenção diretamente e contínua na dinâmica econômica desde o seu próprio interior, através de funções econômicas diretas e indiretas.

Segundo Netto e Braz (2008, p. 195), as proposições de Keynes serviram de suporte teórico para a intervenção do Estado na economia, uma vez que esse tipo de intervenção contrariava os dogmas do pensamento liberal conservador, para o qual, o papel do Estado, formalmente, deveria ser mínimo. Keynes era um intelectual que expressava a vanguarda da burguesia inglesa e defendia plenamente os interesses econômicos desta classe. Em 1936,

publicou a obra “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” que, por décadas, legitimou o intervencionismo estatal.

De acordo com Keynes o capitalismo não dispõe de espontânea e automaticamente faculdade de utilizar inteiramente os recursos econômicos; seria preciso, para tal utilização plena (que evitasse as crises e suas consequências, como o desemprego), que o Estado operasse como um regulador dos investimentos privados através do direcionamento dos seus próprios gastos- numa palavra, Keynes atribuía papel central ao orçamento público enquanto indutor de investimento. Nas três décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, as ideias de Keynes (“ política Keynesiana”) experimentaram grande êxito (NETTO E BRAZ,2008, p. 195).

Neste sentido, de acordo com Pereira (2011, p. 91), para Keynes só um agente externo ao mercado seria capaz de regular a economia, de manter o equilíbrio entre a oferta e a demanda, de incentivar o consumo e o investimento, e esse agente seria o Estado. Dessa maneira, o Estado teria o dever de intervir na economia a fim de garantir o controle estatal da demanda em uma economia de mercado com vistas a assegurar o alto nível de atividade econômica e pleno emprego, mediante intermédio de medidas macroeconômicas que incluiriam o aumento da quantidade de moeda, a repartição de rendas e o investimento público-suplementar.

Pereira (2011, p. 91) diz que, para implementar esses conceitos, Keynes criou medidas estatais exorbitantes que foram desde “cavar buracos e tapá-los” novamente, a fim de gerar despesas capazes de remover o desemprego e, de modo geral, manter a procura em nível propício à criação do pleno emprego.

Deste modo, Netto e Braz (2008, p. 204) destacam que, na era dos monopólios o Estado com o poder político e econômico desempenha várias funções diretas e indiretas, como:

Empresário, nos setores básicos não rentáveis (especialmente os que fornecem aos monopólios, a baixo custo, insumos e matérias-primas fundamentais); assumir o controle de empresas capitalistas em dificuldades financeiras; oferecer subsídios diretos aos monopólios; assegurar-lhes expressamente a taxa de lucro e passar a investir em serviços públicos tais como: educação, transportes, saúde, habitação,

entre outros. Além disso, o Estado oferece incentivos fiscais para instalação de empresas estrangeiras, que vão explorar a mão-de-obra em países subdesenvolvidos; passa a investir fortemente na indústria bélica, assim como adquire material bélico sem necessidade, destrói as organizações dos trabalhadores e regula a massa salarial conforme o interesse dos monopólios e, desta maneira, garante aos monopólios os superlucros, propiciando um conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista. (NETTO E BRAZ, 2008, p. 204).

Mas, o grande diferencial que distingue os “anos dourados” do Estado a serviços dos monopólios, do Estado do capitalismo concorrencial, é o seu papel em face da força de trabalho, sempre ameaçada pela exploração e pela superexploração (NETTO E BRAZ, 2008, p. 204).

No capitalismo concorrência, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade privada burguesa como um todo, ou ainda, à desses vetores; capitalismo monopolista, a preservação e o controle das forças de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio (NETTO E BRAZ, 2008, p.204).

Conforme já mencionado por Netto e Braz (2008, p. 205), todas essas medidas estatais estão a serviço dos monopólios, e para servi-los o “Estado deve incorporar outros interesses sociais, pois ele não pode ser simplesmente um instrumento de coerção, mas também, deve desenvolver mecanismos de coesão social”. Isto é, para o Estado exercer o papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista deve legitimar-se politicamente a fim de exercer as suas funções econômicas e assim o faz através das políticas sociais, que são resultantes das lutas da classe trabalhadora, que ingressou no cenário político exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do Estado e do empresariado.

Segundo Netto e Braz (2008, p. 205) durante as “três décadas gloriosas”, que foram vivenciadas pela Europa Nórdica e Ocidental, existia um forte movimento operário e sindical fortalecido por partidos comunistas e socialistas, juntamente com o medo da burguesia em face às experiências socialistas e ideias democráticas revigoradas pela resistência ao fascismo que obrigaram os Estados imperialistas a incorporar demandas populares.

Dessa maneira, o Estado vê-se obrigado a tomar, ainda que lentamente, medidas de caráter social protetora, tais como: a criação do Sistema de Seguridade Social, do seguro desemprego, de salário mínimo, entre outras. De acordo com Netto e Braz (2008, p. 206), a consequência do reconhecimento por parte do Estado dos direitos sociais, que juntos com os direitos civis e políticos constituem a “cidadania moderna”, resultou na consolidação das políticas sociais e ampliação da sua abrangência na configuração de um conjunto de instituições que dariam forma aos vários modelos de Estado de Bem-Estar Social (Welfare State)¹.

Desta forma, através das políticas sociais, o Estado não só atende às reivindicações da classe trabalhadora, como também, corresponde aos interesses do capital. Nesta perspectiva de acordo com Netto (2009, p. 27), o Estado no capitalismo monopolista passar a intervir sobre as sequelas das expressões da “questão social”, não só de maneira coercitiva como fazia no capitalismo concorrencial, mas também com a formulação de direitos e garantias cívicas e sociais.

Porém, a política social expressa um caráter contraditório, já que, ao mesmo tempo em que ela representa ganhos para classe trabalhadora e fortalecimento político, funciona como mecanismo regulador e controlador dos mesmos, mediante a regulamentação das relações capitalista/trabalhador, lançada no exército industrial de reserva, através do sistema de seguro. Segundo Netto (2009, p. 31), os sistemas de previdência (aposentadoria e pensão), não

¹ Sabe-se que o *Welfare State* com as suas políticas, seu aparato institucional, suas justificativa teóricas e ideológicas e seu acervo técnico profissional é parte integral do sistema capitalista. Isso quer dizer que ele, como um complexo moderno de proteção social, ancorado nos conceitos de seguridade e cidadania social, não surgiu, resgatando Fraser, como um coelho da cartola de um mágico. Muito do que hoje se conhece do *Welfare State* tem a ver com os rumos adotados pelo sistema capitalista, que deixou de ser liberal, nos anos 1940, por questão de sobrevivência, para ser temporariamente regulado. Por essa perspectiva, o chamado Estado de Bem-Estar oferece sobejas evidências de que não é propriamente um Estado, mas um tipo histórico, de sociedade (Pierson, 1991) que engloba diferentes esfera (produção, distribuição e consumo) e diferentes interesses (do mercado, do Estado, dos trabalhadores, dos cidadãos em geral) para lidar com fenômenos modernos fundamentais, como a formação dos Estados Nacionais e sua Transformação em democracias de massa; e a convenção do capitalismo em modo de produção dominante, a partir da Revolução Industrial. Seu surgimento, por conseguinte, está relacionado a demandas por maior igualdade e reconhecimento de direitos sociais e segurança econômica, concomitantemente com demandas do capital de se manter reciclado e preservado. É por isso que autores como Gough (1982) vêem o *Welfare State* como um fenômeno também contraditório, porque, ao mesmo tempo em que tem que atender necessidades sociais, impondo limites às livres forças do mercado, o faz preservando a integralidade do modo de produção (PEREIRA, 2011, p. 87).

atendem apenas estas exigências, mas também, são instrumentos para contrarrestar a tendência ao subconsumo. Além desta função, a política social exerce outras funções:

Outra função da política social é oferecer recurso humano para o capital monopolista, através das políticas educacionais, que em grande parte são direcionadas para o trabalho de cunho “profissionalizante” e os programas de qualificação técnico-científico (vinculado aos grandes projetos de investigação e pesquisa), entretanto, as políticas educacionais estão vinculadas para atender aos interesses do capitalismo, assim como as políticas setoriais, em que o investimento é em grande escala (reforma urbana, habitação, obras viárias, saneamento básico etc.), fazendo com que haja uma grande valorização imobiliária. Já as políticas sociais têm a função no nível político de operarem como um vigoroso suporte da ordem sócio-político, ou seja, oferecem ao Estado burguês uma imagem “social” como mediador de interesses conflitantes, portanto, darão ao Estado essa imagem social, fazendo com que as populações atendidas se sintam parte representada pelo Estado (NETTO, 2009, p. 31).

De acordo com Netto (2009, p. 33), a política social no capitalismo monopolista não surge “naturalmente”, pois ela se define a partir da relação contraditória entre Estado e sociedade, que é assentada na relação capital/trabalho, na luta de classe, definindo-se numa correlação de forças, onde existem grupos que se formam através de acordos, alianças e compromissos e se desfazem dependendo da conjuntura política, isto é, conforme os interesses que estão em jogo. Ou seja, a política social, é manipulada e executada de acordo com o interesse do grupo que está no poder. Contudo, ainda que o Estado burguês regule as relações sociais, as expressões da “questão social” se aprofundam cada vez mais mediante as contradições do modo de produção capitalista.

Netto (2009, p.152), enfatiza que o termo “questão social” começou a ser usado na terceira década do século XIX, para dar conta do fenômeno do pauperismo², mais evidente na história da Europa Ocidental, que experimentava os impactos da primeira onda industrializante iniciada na Inglaterra no último quarto do século XVIII.

² A pauperização pode ser absoluta ou relativa: absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral (a queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego). A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas (NETTO e BRAZ, 2008, p. 135).

Pela primeira vez na história, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente dos seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um grau geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX, o pauperismo parecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão (NETTO, 2009, p.153-154).

Isto é, o crescimento econômico deu-se de forma desigual, aprofundando a desigualdade entre as classes sociais, e enquanto a burguesia apropriava-se da riqueza gerada pelo crescimento econômico através do desenvolvimento das forças produtivas, a classe trabalhadora estava entregue à sua própria sorte vivenciando um processo de pauperização absoluta, no meio de tanta riqueza.

Como o próprio Netto (2009, p.158) pontua a pauperização absoluta (as desigualdades, privações, etc.,) nas sociedades anteriores à ordem burguesa, era decorrente do baixo nível do desenvolvimento das forças produtivas. Porém, na sociedade capitalista, essas expressões são resultantes da “contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação)”. Desta forma, para Netto (2009, p. 158),

A ‘questão social’, nesta perspectiva teórico- analítica, não tem nada a ver com o desdobramento dos *problemas sociais* que a ordem burguesa herdou, ou com *traços invariáveis da sociedade humana*; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital (NETTO, 2009, p. 158).

A partir da segunda metade do século XIX, de acordo com Netto (2009, p. 152), a expressão “questão social”, deixa de ser usada pelos críticos sociais e passa a ser empregada pelo pensamento conservador. Netto (2009, p. 155) destaca que a revolução de 1848, é um divisor de águas, em face aos conflitos entre a burguesia conservadora e a classe operária. A

“questão social” perde paulatinamente a sua estrutura histórica determinada e passa a ser naturalizada pelo pensamento conservador laico, bem como pelo pensamento confessional. Ambas as correntes converteram a “questão social” em objeto de ação moralizadora e buscaram enfrentar as expressões da “questão social” através de uma reforma moral do homem e da sociedade.

Ou seja, as expressões da “questão social”, na terceira década do século XIX, eram vistas pela ordem vigente como um fenômeno natural e resultante da falta de comportamento do indivíduo, que tinha tendência ao ócio, ao alcoolismo, a vadiagem e fazia mau uso do recurso. O indivíduo na perspectiva burguesa era culpabilizado por não ter capacidade de planejar o orçamento familiar- associado a esses fatores tinha o *déficit* educacional. Conforme o pensamento burguês, os indivíduos não tinham o conhecimento das leis naturais do mercado, portanto, não sabiam agir dentro dele.

Entre os pensadores laicos, as manifestações imediatas da “questão social” (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo ante conjunturas econômicas adversas etc.) são vistas como desdobramento, na sociedade moderna (leia-se: burguesa), de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada (preferencialmente com suporte “científico”), capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário reformista (aqui, o exemplo mais típico é oferecido por Durkheim e sua escola sociológica). No caso do pensamento conservador confessional, se reconhece a gravitação da “questão social” e se se apela para medidas sócio-políticas para diminuir os seus gravames, insiste-se em que somente sua exacerbação contraria a vontade divina (é emblemática, aqui, a lição de Leão XIII³, de 1891) (NETTO, 2009, p. 155).

Neste sentido, Netto (2009, p. 155) argumenta que ao transformar as expressões da “questão social” em algo natural e decorrente do desvio do caráter do homem, ambas correntes conservadoras, se “desvinculam de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida, pois trata de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa”. Ou seja, as correntes conservadoras não levam em consideração os mecanismos estruturais do MPC (acumulação,

³ A encíclica *Rerum Novarum* (Leão XIII, 1891) revela uma assombrosa proximidade entre as programáticas comtiana e católica em face da “questão social” e não há nenhum mistério: a Igreja avança sobre os trilhos do eticismo, posto que Leão XIII opere uma evidente naturalização da sociedade (NETTO, 2011, p. 47).

centralização, expropriação do fruto do trabalho e a exploração) que produzem as desigualdades. Desta maneira, a miséria é transformada em algo externo a ordem econômica-social e assim, preservam-se à propriedade privada dos meios de produção, conforme analisou Netto (2009).

A “questão social” no capitalismo concorrencial, além de ser vista como resultante do comportamento do indivíduo, bem como tratada como caso de polícia e com ações de caridade, também era fragmentada. Assim, para responder a essas demandas são criados os abrigos para os pobres e as organizações de caridade e filantrópicas, através da Lei dos Pobres (*Poor Law*), em 1601 na Inglaterra, que constituía um aparato oficial, centrado nas paróquias, com objetivo de amparar os pobres e de ajudá-los.

Desta forma, conforme Pereira (2011, p. 64-76), os pobres eram classificados e atendidos por categorias: os idosos, os doentes crônicos, cegos e doentes mentais, eram alojados na *Poor-houses* ou nos asilos e hospícios; os mendigos considerados fortes e os pobres capacitados para trabalhar eram colocados nas *Workhouse* para o laboro, e os capacitados para o trabalho, que se recusavam a trabalhar, eram encaminhados para reformatórios. Os atendimentos nas *Workhouse* davam-se através do princípio da menor elegibilidade que sugeria a substituição da valorização da assistência, pela valorização do trabalho. Por meio do teste de aferição de merecimento, fazia-se a triagem para identificar quem de fato precisava da assistência. Entretanto, a ajuda só era dada para os beneficiários que aceitassem submeter-se às regras da instituição. Caso contrário, não receberiam nada.

Todavia, a Lei dos Pobres não passava de um mecanismo para controlar a miséria, gerar lucro para o capital, explorar e controlar os pobres. De acordo com Pereira (2011, p. 78), nas *Workhouse*, homens, mulheres e inclusive crianças eram obrigados a trabalhar para manter aquecida a economia do mercado. A vida nessas instituições era tão sofrida, tão miserável, que os mendigos preferiam abrir mão da proteção pública e se submeterem aos seus ditames.

Em 1938, o Parlamento Inglês começou a entender que a Lei dos Pobres era a principal responsável pelo pauperismo inglês. De acordo com Pereira (2009, p. 72), a partir do pensamento de Malthus⁴, a beneficência representaria um estímulo à miséria. Porque, para

⁴ Thomas Robert Malthus foi um economista britânico. É considerado o pai da demografia por sua teoria para o controle do aumento populacional, conhecida como malthusianismo. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Malthus. Acesso em: 17 ago.2015. De acordo com Pereira (2011, p. 70),

Malthus, a caridade reforçava e estimulava os costumes e os hábitos dos pobres, uma vez que estes recebiam ajuda das paróquias e não procuravam emprego, logo ficavam acomodados com tal situação, portanto, a assistência era a causa do conformismo, da ociosidade, em suma da pobreza em si.

Mas explosão de 1948 não afetou somente as expressões ideais (culturais, teóricas e ideológicas) do campo burguês. Ela feriu substantivamente as bases da cultura política que alcançava até então o movimento dos trabalhadores: 1848, trazendo à luz o caráter antagônico dos interesses sociais das classes fundamentais, acarretou a dissolução do ideário formulado pelo *utopismo*. Dessa dissolução resultou a clareza de que a resolução efetiva do conjunto problemático designado pela expressão “questão social” seria função da eversão completa da ordem burguesa, num processo do qual estaria excluída qualquer colaboração de classe – uma das resultantes de 1848 foi a passagem, em nível histórico – universal, do proletariado da condição de classe em si a classe para si. As vanguardas trabalhadoras acederam, no seu processo de luta, à consciência política de que a “ questão sócia” está necessariamente colocada à sociedade burguesa: somente a superação desta conduz à supressão daquela (NETTO, 2011, p. 156).

Nesta perspectiva, a revolução de 1848, por parte dos trabalhadores tinha como objetivo mostrar as suas insatisfações com aquelas precárias condições de vida e de trabalho. Os operários buscavam melhores condições de trabalho, diminuição da jornada de trabalho, melhores salários, participação política, eliminação do trabalho infantil, em suma, os trabalhadores, buscavam ser reconhecidos como sujeitos de direitos.

Contudo, de acordo Netto (2009, p.32), a “questão social” só veio ter reconhecimento por parte dos empresários, assim como do Estado no capitalismo monopolista, através das políticas públicas. Porém, esta intervenção dá-se de forma fragmentada e parcial. As sequelas da “questão social” (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escola, entre outros) são recortadas como problemáticas particulares e assim enfrentadas.

Malthus, previa que a produção de alimentos crescia em progressão aritmética de razão 1 (1,2,3,4, 5...), enquanto a população crescia em progressão geométrica (1,2,4, 16...). Para manter o equilíbrio entre a produção de alimentos e o crescimento populacional, Malthus, previa o desastre natural como a mortandade em massa provocada por fome, epidemias, pestes ou guerras. Por outro lado, ele pregava a prevenção, ou seja, a participação da sociedade na regulação da reprodução humana, através da abstinência sexual ou retardamento das uniões matrimoniais. Entretanto, conforme a afirmação de Fraser citado em (Pereira, 2011, p.70), “Malthus, não estava propriamente pregando o controle de natalidade dentro ou fora do casamento, como pode ser facilmente inferido, pois como sacerdote conservador não admitia tal controle, nem muito menos relações carnavais não sacramentadas. Ele estava, sobretudo, construindo um embasamento teórico e de classe para sua pregação moral, visando particularmente à população pobre, pois associava a realização dos casamentos à possibilidade dos homens sustentarem esposa e filhos”.

Como já citado anteriormente, a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista inicia o estágio imperialista que intensifica ainda mais as contradições desse modo de produção. Nessa fase tem-se um aprofundamento da “questão social” em face do crescimento econômico, mediante acumulação de capital, bem como a sua concentração e centralização. De acordo com Netto e Braz (2008, p. 132), esse processo vai refletir fortemente nas condições de vida da classe operária e a principal consequência para os trabalhadores é a constituição do exército industrial de reserva, formado por um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontram compradores para sua força de trabalho.

Isto significa que uma massa de trabalhadores fica excluída do mercado de trabalho, como ocorreu no Brasil na década de 1990. Segundo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos 2011, p. 9), naquela época, o mercado de trabalho brasileiro foi marcado pela crise do desemprego, decorrente da baixa capacidade de gerar postos de trabalho e da elevação da oferta da força de trabalho, com destaque para a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho.

De acordo com Hoffmam e Leone (2004, p.2) a participação da força de trabalho feminina no mercado de trabalho vem se intensificando desde 1970, com a expansão da economia, do acelerado processo da industrialização e urbanização. Naquela época, o perfil das trabalhadoras era na sua grande maioria jovem, solteira e pouco escolarizada. Na década de 1980, as trabalhadoras tinham idade acima de 25 anos, chefes de família e cônjuges e com nível de escolaridade mais elevado. Já em 1990, a mão de obra feminina, assume traços bem diferentes ficando mais adulta e mais qualificada.

Quanto à ocupação da força de trabalho feminina, não ocorreram grandes mudanças daquela época para o atual cenário do mercado de trabalho. “As ocupações menos valorizadas e tradicionalmente femininas do mercado de trabalho continuam se reproduzindo, implicando a persistência de nichos ocupacionais, como, por exemplo, o emprego doméstico” (HOFFMAM E LEONE, 2004, p.2).

Observa-se no mercado de trabalho, que o número de mulheres inseridas em atividades precarizadas se intensifica cada vez mais. Desta forma, existindo uma grande parcela de trabalhadoras sem os direitos trabalhistas, tais como, licença maternidade, acesso a

creche, seguro desemprego, entre outros. Percebe-se que um dos fatores que contribuem para permanência ou a inserção no trabalho precarizado de homens, mulheres e jovens, é o grande índice de desemprego.

O DIEESE (2011, p. 14) aponta que nos anos de 1999, a Região metropolitana de São Paulo chegou a registrar uma taxa de desemprego de 20,0% e para agravar ainda mais esse cenário de crise, havia uma expansão da população economicamente ativa (PEA) pelo ingresso de novas forças de trabalho no mercado, como por exemplo, os jovens gerados 20 anos antes (*baby boom* dos anos de 1960), que se juntavam com a mão de obra sobrando, que procuravam emprego para completar ou substituir rendimentos perdidos por familiares no contexto da crise laboral.

Acumulação de capital eleva-se a sua composição orgânica: a proporção de capital (c^5) torna-se muito maior que a de (v). Isto significa que o avanço da acumulação faz com que, no desenvolvimento da produção capitalista, a demanda por máquinas, instrumentos, instalações, matérias e insumos seja maior que a demanda de força de trabalho. Assim, uma parte (sempre variado) do proletariado aparece como sobrando em fase das necessidades da acumulação; essa parcela de supérfluos (excedente) constitui o exército industrial de reserva; trata-se, mesmo, de uma população que, diante das exigências da acumulação, pode ser designada como população *excedentária* ou *superpopulação relativa*⁶ (NETTO E BRAZ, 2008, p. 133).

Conforme Salama e Valier (*apud* Netto e Braz, 2008, p. 134), a demanda de força de trabalho pelos capitalistas aumenta ou diminui de acordo com o nível da acumulação, sendo a taxa de acumulação inferior à taxa de crescimento da produtividade do trabalho, a demanda de força de trabalho cai. Desta forma, o que provoca o desemprego em massa não é o progresso

⁵ Capital Constante (c) é a parte que o capitalista investe no meio de produção como as máquinas, instrumentos, instalações, entre outros, e capital variado (v) é investido na compra de força de trabalho.

⁶ A superpopulação relativa adquire formas variadas, sendo que as três principais são: a fluente, constituída pelos trabalhadores que, nos grandes centros industriais e mineiros, ora estão empregados, ora estão desempregados; a latente, que existe nas áreas rurais quando nelas se desenvolvem relações capitalistas e que, surgindo a oportunidade, acaba por migrar para as zonas industriais; e a superpopulação relativa estagnada, formada por trabalhadores que jamais conseguem um emprego fixo e perambulam entre uma ocupação e outra. Na base desse contingente, e descontado o lumpemproletariado (a parcela degradada do proletariado: vagabundos, criminosos, prostitutas, rufiões), estão os que vegetam na miséria e no pauperismo, trabalhadores aptos mas que há muito não encontram emprego, órfãos, filhos de indigentes, mutilados, viúvas, enfermos etc. O pauperismo em que está imersa essa massa, no dizer de Marx (1984, I, 2: 209), “constituiu o asilo para os inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” . (NETTO E BRAZ, 2008, p.134).

tecnológico, mas sim, o desenvolvimento das forças produtivas nas relações sociais de produção capitalista.

Segundo Netto e Braz (2008, p. 134), o exército industrial de reserva vai servir de instrumento para os capitalistas rebaixarem os salários, aumentar a exploração da força de trabalho, bem como oferece ao capital um volume de força de trabalho, que pode ser mobilizado a qualquer momento, recrutado para um ramo de produção que experimenta uma conjuntura favorável e até mesmo, deslocada geograficamente em processos migratórios, inclusive para atender as demandas de empreendimentos capitalistas temporários.

Netto e Braz (2008, p. 212) ressaltam que, a construção do Welfare State na Europa Nórdica e em alguns países da Europa Ocidental, bem como a força da economia norte-americana, parecia remeter ao passado a “questão social” e suas manifestações. Nos países capitalistas centrais, apesar das enormes desigualdades sociais, prometia-se aos trabalhadores, uma sociedade afluenta com a proteção social assegurada pelo Welfare State, também apontava-se para o consumo de massa, cujo símbolo maior era o automóvel, e nos países periféricos, projetos industrializantes apareciam como caminho para superar o subdesenvolvimento.

Ainda de acordo com Netto e Braz (2008, p. 212), aparentemente o taylorismo-fordismo e Keynesianismo consolidam o “capitalismo democrático”: a produção em massa em larga escala encontraria um mercado em expansão infinita e a intervenção reguladora do Estado, haveria de controlar as crises.

Antes de dar continuidade faz-se necessário ilustrar o contexto histórico das dimensões das crises do capitalismo, os seus ciclos econômicos, as suas expressões mais problemáticas, tanto para classe trabalhadora, quanto para os próprios capitalistas, bem como os elementos causadores da crise e as suas contradições.

Em relação às crises do capitalismo, Netto e Braz (2008, p.157) apontam que elas não são naturais, como quer demonstrar à ideologia burguesa, que busca transformar as crises e suas consequências devastadoras para classe trabalhadora como um desses fenômenos naturais que ocorrem na natureza inesperadamente, dos quais não se pode prever.

Todavia, Netto e Braz (2008, p. 157) fundamentados sempre em Marx, afirmam que “as crises são inevitáveis sob o capitalismo, são constitutivas”, ou seja, são próprias do Modo de Produção Capitalista (MPC) e ainda enfatizam o seguinte: “não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise”. As crises são “inelimináveis”, uma vez que as mesmas expressam o caráter contraditório do MPC, assim como são processos históricos que estão ligados ao desenvolvimento do capitalismo. Para comprovar essa afirmativa, Netto e Braz (2008, p. 156) exemplificam que, “desde 1825 até as vésperas da Segunda Guerra Mundial, as fases de prosperidade econômica do capitalismo foram catorze vezes acompanhadas por crises, a última explodiu em 1937/1938, mas foi interrompida pela guerra”.

Segundo Netto e Braz (2008, p. 156), as crises inicialmente eram mais ou menos localizadas como a primeira de 1825, que envolveu praticamente só a Inglaterra, mas desde 1847 – 1848, as crises se expandiram mundialmente e a mais grave do século XIX foi a de 1873, e já no século XX foi a de 1929, que ficou conhecida mundialmente pelas suas consequências catastróficas, como por exemplo, a quebra da bolsa de Nova Iorque. Ainda segundo Netto e Braz (2008, p. 159-160), entre uma crise e outra ocorre o ciclo econômico, composto por quatro fases: a crise, a depressão, a retomada e o auge.

a) crise - pode ser provocada por incidentes econômicos ou políticos, tais como, falência de uma grande empresa, um escândalo financeiro, falta de repentina de matéria-prima, a queda de um governo e assim, traz consigo as suas expressões mais problemáticas tais como as reduções das operações comerciais, consequentemente, redução da produção, ou até mesmo a sua paralisação, acumulação de mercadorias, rebaixamento dos salários, falência de empresas, generalização do desemprego e pauperização absoluta da classe trabalhadora.

b) depressão – dá-se continuidade à crise, isto é, o desemprego e salário continuam sendo extremamente afetados como inicialmente, bem como à estagnação da produção, estocamento de mercadoria. As empresas que sobrevivem a essa avalanche da crise, procuram buscar soluções através da tecnologia, para continuar minimamente com alguma escala de produção, mesmo com preços baixos para suas mercadorias, mas acima de tudo, procuram apodera-se de mercados e fontes de matéria-prima.

c) retomada – neste ponto tem-se uma retomada ou recuperação da crise. As empresas que sobreviveram à crise, absorvem algumas das que quebraram, incorporam seus equipamentos e instalações, renovam seus próprios equipamentos e começam a produzir mais, o comércio se reanima, as mercadorias escoam, com isso, os preços se elevam, bem como aos poucos a taxa de desemprego vai diminuindo.

d) auge - neste ponto tem-se uma corrida entre os capitalistas a concorrência leva os capitalistas a investir nas suas empresas, a abrir novas linhas de produção, bem como ampliação da mesma, voltam a lançar no mercado uma grande quantidade de mercadorias. Nesse ponto, os capitalistas estão no auge das prosperidades e ao mesmo tempo estão prestes a detonar uma nova crise, mediante que o mercado está abarrotado de mercadoria que não se vende e se tem o recomeço do ciclo. (NETTO E BRAZ, 2008, p.160).

Netto e Braz (2008, p.160) apontam que são várias as causas que geram as crises capitalistas, porque, elas são o resultado da dinâmica contraditória do MCP, assim como, são essas múltiplas contradições que constituem o MPC que resultam em crise. Além disso, as causas determinantes que interrompem a prosperidade do capitalismo são:

- a) anarquia da produção- a produção capitalista, progressivamente mais organizada, planejada e racionalizada no interior das unidades produtivas, não obedece a nenhum planejamento ou controle global, com isso, o mercado é inundado de mercadorias, cuja destinação é incerta, uma vez que a sua produção é comandada por cada capitalista, tendo em vista apenas obtenção do lucro.
- b) a queda da taxa de lucro- na medida em que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair.
- c) o subconsumo das massas trabalhadoras- as capacidades de consumir dos trabalhadores ficam limitadas, uma vez que os trabalhadores não dispõem de meios para comprar as mercadorias que inundam o mercado. (NETTO E BRAZ, 2008, p.160).

Para Netto e Braz (2008, p. 163), “os impactos das crises atingem muito diferentemente as classe sociais, não há o mesmo custo para todos: os trabalhadores sempre pagam o preço mais alto”. Isto é, os trabalhadores são mais penalizados, uma vez que a crise atinge profundamente o mercado de trabalho tendo como consequências o aumento do desemprego, as perdas salariais, o crescimento do “exército industrial de reserva” etc. No entanto, os capitalistas também são afetados, principalmente, os pequenos e os médios capitalistas, tendo em vista que, muitos deles não aguentam a pressão da crise e acabam quebrando. Por outro lado, aqueles que têm uma grande quantidade de capital no momento da crise conseguem sobreviver e aumentar a acumulação, bem como a centralização de capital, que se dá através da exploração da força de trabalho, aumento da jornada de trabalho, diminuição do salário, introdução de novas tecnologias, fusão de capitais (mediante os cartéis, trustes e formação de holdings). Vale ressaltar que é através desse processo que surgem os grandes monopólios.

Com já foi exposto anteriormente, longe de serem naturais e inelimináveis, as crises revelam as contradições do MPC. Dessa forma, Netto e Braz (2008, p. 163) apontam as principais contradições:

- 1) contradição entre a progressiva racionalidade que organiza a produção nas empresas capitalistas (planejamento, cálculo das relações de custo/ benefícios entre outros) e a irracionalidade do consumo da produção capitalista (ausência de um planejamento global dessa mesma produção).
- 2) a contradição entre a necessária ação de cada capitalista para maximizar seus lucros e o resultado objetivo dessa ação, a queda da taxa de lucro.
- 3) o crescimento da produção de mercadoria sem um correspondente crescimento da capacidade aquisitiva de consumo das massas trabalhadoras.
- 4) contradição entre *a produção socializada e apropriação privada*.

Esta última contradição é considerada pelos autores como fundamental do MPC, pois é dela que derivam as contradições supracitadas, entre outras. Segundo Netto e Braz, (2008, p. 165) a produção torna-se socializada, mas esta é progressivamente aprofundada envolvendo o conjunto das atividades econômicas em escala mundial. A apropriação, porém, permanece privada: o conjunto dos produtores diretos (os trabalhadores) cria um enorme excedente que é apropriado pelos donos dos meios de produção (os capitalistas).

Isto significa que a produção dos bens matérias produzidos coletivamente pela classe trabalhadora, isto é, a riqueza social, não é socializada coletivamente entre os trabalhadores. Pelo contrário, o excedente econômico fica concentrado nas mãos de um pequeno grupo que detêm os meios de produção. Isto é, a classe dominante, restando aos trabalhadores a venda da sua força de trabalho, um salário que mal dá para sua reprodução, o desemprego e consequentemente, a pobreza. Por outro lado, a classe dominante, quanto mais se apropria do excedente econômico, mais ricos ficam.

De acordo com Netto e Braz (2008, p. 162), as crises são funcionais ao MPC, constituindo mecanismos que o MPC restaura sempre em níveis mais complexos e instáveis, assegurando as condições necessárias para sua continuidade. Para Netto e Braz (2008, p. 156), a classe dominante diante do desencadeamento das crises capitalistas e das suas consequências destrutivas para o capital, visa proteger o lucro, como já foi citado anteriormente. A burguesia, a partir do segundo pós-guerra, implementou políticas macroeconômicas e criaram instituições nacionais e supranacionais com objetivo de reduzir os impactos das crises, porém, estas medidas não impediram a continuidade das depressões.

Apesar dessas providências, que sinalizam o redimensionamento do papel do estado em face da dinâmica econômica, o desenvolvimento do capitalismo, ao longo de

toda a segunda metade do século XX e na entrada do século XXI, continuou alterando prosperidade e recessão, o que aponta para o caráter ineliminável das crises (NETTO E BRAZ, 2008, p. 156-157).

Desta forma, no fim dos anos sessenta e o início dos anos setenta, inicia-se um período de estagnação do desenvolvimento do capital, ou seja, o capitalismo entrou em crise colocando fim aos “anos dourados”, que foram marcados por uma “onda longa expansiva” que deu lugar a uma “onda longa recessiva” (NETTO E BRAZ, 2008, p. 214).

A “onda longa expansiva” esgota-se e o mundo passou a assistir a uma crise do sistema de produção capitalista, a uma tendência da queda da taxa de lucros decorrente do excesso de produção, a um esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção. Ocorreu, também, a desvalorização do dólar, indicando o rompimento do acordo de Breeton Woods que, após a Segunda Guerra Mundial, convencionaram o padrão-ouro como lastro para o comércio internacional e a conversibilidade do dólar em ouro, e a crise do petróleo em 1973, devido à alta taxa dos preços, determinada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). (NETTO E BRAZ, 2008, p. 213).

Além desses elementos detonadores, acrescentam-se os fatores sócio-políticos tais como: a pressão da intensificação das lutas dos trabalhadores, o endividamento com a Guerra do Vietnã, a entrada da Alemanha e do Japão na concorrência intercapitalista, as modificações culturais, o surgimento de outros sujeitos na cena política como a revolta estudantil, a mobilização dos negros norte-americanos em defesa dos direitos civis e o movimento feminista que se torna mais visível nesse período (NETTO E BRAZ, 2008, p. 214).

Portanto, o período dos “anos dourados”, é enterrado em 1974-1975 num processo inédito no Pós-Guerra, momento que, registrou-se uma recessão generalizada, como já foi exposto, e que envolveu todas as grandes potências imperialistas. (NETTO E BRAZ, 2008, p. 214).

De acordo com Netto e Braz (2008, p. 214), em busca de inverter esse quadro, o capitalismo monopolista formulou e implementou um conjunto de respostas para solucionar a sua própria crise, para tanto, deu início a um processo de reorganização do capital. Tais respostas configuram a restauração do capital que se articularam sobre um tripé:

reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal. Antes de continuar se faz necessário expor a definição de alguns termos: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo.

Segundo Antônio (1995, p. 134), nos Estados Unidos, entre o fim da Guerra Civil e começo do século XX, a indústria expandiu-se aceleradamente levando a uma discussão do debate sobre o aumento da eficiência e da produtividade, que vinha desde o início da Revolução Industrial. O precursor que transformou esse debate em um conjunto de princípios e técnicas foi Frederick Winslow Taylor, que foi fundador do movimento da administração científica.

O taylorismo difundiu-se na esfera da produção, fixando princípios da organização e controle de trabalho, almejando a elevação da produtividade, através do controle do tempo e do ritmo do trabalho. Esse novo método de organização produtiva tinha como objetivo assegurar a maior economia de tempo possível, através da divisão social e técnica do trabalho, da padronização das tarefas, do sistema de remuneração em função do rendimento pessoal e do controle dos trabalhadores por parte de supervisores.

Conforme Antônio (1995, p. 139), Henry Ford foi responsável pela criação da linha de montagem que tem os seus princípios na divisão do trabalho, acarretando na especialização do trabalhador, assim como no princípio da fabricação de peças e componentes padronizados.

O Fordismo surge nos Estados Unidos como uma nova forma de organização e gerenciamento da produção na linha de montagem. Em 1914, Ford introduziu na sua fábrica o dia de oito horas de trabalho e cinco dólares por dia para “incentivar” os trabalhadores para que estes adquirissem disciplina e dando-lhes renda e tempo para que consumissem.

O fordismo é a forma pelo qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo do século XX, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades de fabricas concentradas e verticalizadas e pela constituição e consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (ANTUNES, 2011, p.24-25).

O Toyotismo (modelo japonês) foi idealizado no final dos anos 1950 por Eiji Toyoda, da família proprietária da Toyota, e pelo engenheiro Taiichi Ohno, chefe de engenharia da empresa. Ambos são os principais responsáveis pelo conjunto de técnicas de manufatura, que se tornou conhecido como Sistema Toyota de produção e concluíram que o sistema Ford não poderia funcionar na Toyota, que era sensivelmente menor e precisava de soluções mais eficientes e menos dispendiosas (ANTÔNIO, 1995, p.174). O Toyotismo é um modelo de gerenciamento de produção variada e heterogênea voltada para atender as demandas dos consumidores e tem como base três princípios: eliminação de desperdícios, produção flexível e produção de qualidade.

A eliminação de desperdício tem como objetivo cessar por completo o desperdício de tempo; de produção excessiva; na operação de manufatura; no transporte; de estoque; no movimento humano e no desperdício de espera, tudo isso para aumentar a eficiência, mas mantendo a qualidade. Entretanto, para atender essa demanda foi necessário racionalizar a força de trabalho, isto é, organizando a mão-de-obra em equipe, onde os trabalhadores passaram a trabalhar coletivamente nas tarefas que lhes foram determinadas sob a supervisão de um líder, que trabalharia e coordenaria as tarefas do grupo e, ao mesmo tempo substituiria qualquer trabalhador que faltasse. Criação do *Just-in-time* e da produção flexível.

Just-in-time expressão que significa “na hora certa”, ou “só em caso de necessidade” ou ainda “no momento certo”, ou seja, as peças ou componentes utilizados em qualquer processo produtivo somente devem ser fabricados, fornecidos ou estocados quando necessário, assim evita-se o acúmulo de material, de estoque e o desperdício. O sistema de *KAN BAN* é a reposição das peças e componentes utilizados pelos operadores onde anotam numa ficha a quantidade que foi usada. O principal objetivo desse sistema é interligar a operação de produção e transporte para que se produza “em tempo exato” somente aquilo que se vende.

Produção flexível é a produção em massa de peça, veículo, entre outros, em um espaço de tempo mínimo.

Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) tem como objetivo o aumento da produtividade; envolvimento dos funcionários no processo de análise e resolução de problemas, alargando o seu campo de visão, suas responsabilidades e consequentemente seu

sentido de realização; melhorar a comunicação dentro do próprio grupo de trabalho, estimulação da criatividade, mentalidade de qualidade, autocontrole e prevenção de falhas dos trabalhadores (ANTÔNIO, 1995, p. 174-185).

Retornando para reestruturação do capital, segundo Antunes (2001, p. 35), o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um grande desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societária voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente, em escala globalizada. Portanto, essas mudanças que vem ocorrendo na sociedade capitalista, resultante da crise iniciada na década de 70, refletem diretamente nas condições de vida da classe trabalhadora, que sofre com o desemprego, perdas econômicas, bem como de direitos e precarização do trabalho.

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 2011, p.23).

Antunes (2011, p.23-24) aponta algumas dessas mudanças e transformações ocorridas nos anos 80, tais como: o grande salto tecnológico; a automação; a robótica e a microeletrônica, que invadiram o mundo fabril e modificaram as relações de trabalho, e a produção do capital. Assim, essas mudanças e transformações vão contribuir para os novos processos de trabalho, que surgem em decorrência da “substituição” do cronômetro e da produção em série e de massa, ou seja, o fordismo/taylorismo, pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado, desconcentração industrial, busca de novos padrões de gestão da força de trabalho.

De acordo com Harvey (*apud* Antunes, 2001, p.28-29), o regime de acumulação flexível é marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Tal modelo se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, do mercado de trabalho, dos produtos e padrões de

consumo. O regime de acumulação flexível caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, por novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, por mercados e, sobretudo, por taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviço”, e também nos conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

A acumulação flexível, na medida em que ainda é uma forma própria do capitalismo, mantém três características essenciais desse modelo de produção. Primeira é voltada para o crescimento; segunda: este crescimento em valores apoia-se na exploração da força do trabalho vivo no universo da produção e, terceira: o capitalismo tem uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional. O desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedente de força de trabalho, que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração de mais-valia (HARVEY, *apud* ANTUNES, 2011, p. 29).

Assim, a acumulação flexível traz consigo a competitividade intercapitalista, a disputa de mercado pelas grandes corporações que, por sua vez, iniciaram um processo de racionalização, de reestruturação e de intensificação do controle do trabalho. Ou seja, os capitalistas exercem pressões cada vez mais fortes de controle sobre a classe trabalhadora através de imposições de contratos e regimes de trabalho mais flexíveis. Tem-se então: a precarização das relações trabalhistas; a elevada taxa de desemprego e subemprego; a perda do poder aquisitivo dos salários; a redução do emprego com carteira assinada, conseqüentemente, o aumento do trabalho em tempo parcial, temporário, subcontratado, autônomo e terceirizado, ou seja, o mercado de trabalho é marcado por baixa qualidade, informalidade, assim como a privação dos direitos trabalhistas e previdenciários (ANTUNES, 2011, p. 106).

Para Antunes (2011, p. 106):

Essa aguda destrutividade, nada mais é do que a expressão mais profunda da crise estrutural que, assola a (des) sociabilidade contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais, brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação

produção/natureza, criando-se uma monumental sociedade do descartável, que joga fora tudo que serviu com embalagem para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital.

Além da flexibilização das relações trabalhistas, a reestruturação produtiva, ataca e destrói os direitos sociais (educação, habitação, seguridade social: previdência, assistência e saúde, etc.). A política neoliberal se utiliza do argumento da chamada crise fiscal do Estado, para justificar o corte de gastos sociais e, assim, os direitos dos trabalhadores, que são os primeiros a ser atacados. Direitos estes, conforme Coutinho (2005, p. 2-5), são resultados de um processo histórico de longa duração de luta permanente da classe trabalhadora, como por exemplo, a luta dos trabalhadores no século XIX pela redução da jornada de trabalho, quando os mesmos eram submetidos a 14 horas de trabalho por dia; a luta das mulheres pelo direito ao voto, as quais foram excluídas até a metade do século XX⁷.

Além desses direitos, têm-se os direitos civis⁸ (direito à vida, à liberdade de pensamento e de movimento (de ir e vir) e à propriedade⁹, que também são resultados de um processo histórico de lutas.

⁷ Os direitos políticos surgiram na Inglaterra no século XVIII com a Revolução Burguesa. Marshall (*apud* Coutinho, 1994, p. 9) aponta que, não há cidadania plena, isto é, democracia sem os direitos políticos, sem a retomada da dimensão da cidadania que era própria dos gregos. O direito de votar e ser votado são uns dos principais meios de assegurar a participação na tomada das decisões que envolvem o conjunto da sociedade, entretanto, para que esta participação seja efetiva é necessário o direito de associação e organização. O autor (1994, p.9) enfatiza que esses direitos foram negados para grande maioria da população até o final do século XIX, mesmo nos regimes liberais. Os pensadores e as Constituições liberais registram o direito ao sufrágio, concedendo-os apenas aos proprietários, os quais eram considerados como os únicos e verdadeiros interessados no bem-estar da nação e somente eles eram capazes de tomar as decisões na esfera política, uma vez que eram considerados independentes economicamente, logo, teriam a possibilidade de um juízo livre e autônomo, desta forma, excluindo a maior parte da população.

⁸ Os direitos civis: direito à vida, à liberdade de pensamento e de movimento (de ir e vir) e à propriedade surgiram na Inglaterra no século XVIII tornando-se direitos efetivamente positivos depois da Revolução Burguesa em 1688 (Revolução Gloriosa). Esses direitos não são naturais como dizia Locke, mas sim direitos históricos, que surgiram como demandas da burguesia quando estava assumindo o poder naquele momento e que ainda representava todos os que não eram nem aristocratas nem membros do clero, isto é, todos aqueles que formavam o Terceiro Estado. A afirmação dos direitos civis dos indivíduos colocava limitação no poder do Estado, uma vez que são direitos, que os homens devem usufruir em sua vida privada, que deve ser protegida contra a intervenção abusiva do governo (MARSHALL, *apud* COUTINHO, 1994, p. 7).

⁹ Devido à natureza individual e privada desses direitos civis modernos, Marx em sua obra juvenil sobre a Questão judaica, caracterizou-os como meios de consolidação da sociedade burguesa. Para Coutinho, Marx estava certo. Nas palavras de Coutinho: temos, por exemplo, o modelo pelo qual Locke (e várias Constituições que nele se inspiraram) tratou a questão da propriedade, apresentada como direito natural fundamental, cuja garantia é a razão essencial pela e para qual o Estado existe. Locke começa definindo o direito de propriedade como direito aos frutos do nosso trabalho; mas, logo em seguida, diz que com a invenção do dinheiro, que

Porém, os direitos sociais reivindicados pelos trabalhadores ao longo do século XIX, só foram reconhecidos, e parcialmente, no século XX. De acordo com Coutinho (1994, p.12), é através dos direitos sociais que os cidadãos têm uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada coletivamente. Para Coutinho (1994, p.12), seguindo os dizeres de Marx em relação ao salário: “esse mínimo não deve ser concedido apenas com base em parâmetros naturais, biológicos, mas deve ser definido, sobretudo, historicamente, como resultado das lutas sociais”.

Segundo Coutinho (1994, p.12), os direitos sociais foram há muito tempo negados pela hegemonia burguesa, pois para ela, esses direitos serviam como estímulo para preguiça, violariam as leis do mercado e, portanto, o direito individual à propriedade, além de impedirem os homens de se libertarem da tutela de um poder estatal autoritário e paternalista. Coutinho (1994, p.12) enfatiza que, não é por acaso que esses direitos voltaram a ser negados na atualidade pela política neoliberal.

Portanto, é dentro deste cenário da exploração da força de trabalho e do desmonte dos direitos mantidos pela seguridade social, que se orientam pela seletividade, pela focalização e pelo assistencialismo, que está inserido o trabalhador idoso. Conforme Boschetti (2009, p. 333), as diversas contrarreformas, como da previdência que iniciaram em 1998, 2002 e 2003, sendo as primeiras no governo de Fernando Henrique Cardoso e a última no governo de Lula, restringiram direitos, reduziram o valor dos benefícios, ampliaram o tempo de trabalho e da contribuição para se obter aposentadoria. Desta forma, o idoso é obrigado a se reinserir ou permanecer no mercado de trabalho por mais tempo, para a sua sobrevivência.

Como já exposto, o projeto neoliberal começou na década de 1990, no Brasil, no governo de Fernando Collor de Melo, se aprofundou no governo de FHC e no governo de Lula da Silva. Como não poderia ser diferente as medidas neoliberais vem destruindo a Seguridade Social brasileira, institucionalizada pela promulgação da Constituição Federal de 1988.

De acordo com Gentil (2007, p. 1), o discurso dominante diz que existe uma situação de falência e de incapacidade futura da previdência pública, relacionada constantemente com

permite acumular o trabalho passado tornou-se legítimo comprar a força de trabalho de outros, sobre cujos frutos teríamos também direito de propriedade. (COUTINHO, 1994, p. 7).

a mudança na estrutura demográfica de envelhecimento da população brasileira em função da baixa taxa de natalidade e do aumento da expectativa de vida. O aumento da idade da população constituiria uma importante fonte de pressão sobre o equilíbrio do sistema previdenciário. Além disso, adicionam-se outras variáveis como a elevação do salário mínimo, o aumento do valor médio dos benefícios previdenciários, aposentadorias precoces, renúncia de receita, sonegação e evasão fiscal e custos administrativos elevados, que deflagrariam uma inevitável crise financeira no sistema previdenciário. Gerando assim uma noção de urgência por reforma para evitar o aprofundamento do desequilíbrio fiscal.

Ainda de acordo com Gentil (2007, p. 2-3), os argumentos utilizados pela classe dominante para a reforma da previdência social é que, existe um déficit público e, conseqüentemente, a elevação da dívida pública/PIB, e o principal elemento causador desse déficit é o descontrole das contas da previdência, que paralisam a administração das contas públicas, com isso, restringindo cada vez mais o espaço para o investimento pelo governo. Portanto, para que este equilíbrio ocorra, segundo a política neoliberal, uma das saídas é a redução das contribuições sociais, isto quer dizer, eliminação dos gastos do Estado com as políticas públicas, ocorrida por meio da restrição dos direitos sociais.

Entretanto, Gentil (2007, p. 4) através do seu estudo desmistificou a falácia sobre o déficit da previdência social.

Inicialmente é necessário considerar que os números utilizados para avaliar a situação financeira da previdência são normalmente enganosos e alarmistas. Divulga-se, por exemplo, com base em fontes oficiais, que o déficit previdenciário, em 2004, foi de R\$ 32 bilhões e, em 2005, de R\$ 37,6 bilhões. O que vem sendo chamado de déficit é, entretanto, o saldo previdenciário negativo, ou seja, a soma (parcial) de receitas provenientes das contribuições ao INSS sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho e de outras receitas próprias menos expressivas, deduzidas das transferências a terceiros e dos benefícios previdenciários do RGP (GENTIL, 2007, p. 4).

Segundo Gentil (2007, p. 4) o cálculo feito para avaliar a situação financeira da previdência não leva em conta todas as receitas que devem ser destinadas para previdência, como consta na CF. 1988, no art. 195 e seus incisos, deixando de computar recursos significativos, provenientes da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

(CONFINS), Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). E assim, Gentil (2007, p. 4) conclui que o resultado do *déficit* é irreal.

Contudo, esse argumento de que existe um déficit na previdência social, implicou na reconfiguração da mesma. Nesta perspectiva, o grupo dominante do país sobre o comando dos organismos internacionais, impôs mudanças no texto aprovado na CF 1988, onde o acesso ao benefício de aposentadoria se dava através do cálculo do benefício com base na média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos, preservando os valores reais, ao segurado que atingisse a idade de sessenta e cinco para os homens e sessenta para as mulheres, respeitando a carência de 180 contribuições.

No entanto, de acordo com a Nota Técnica do DIEESE (2013, nº 130, p. 2), a Reforma Previdenciária de 1998¹⁰, por meio da Emenda Constitucional nº 20, alterou várias das regras para aposentadoria do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Entre essas alterações está a substituição da aposentadoria por tempo de serviço por tempo de contribuição. O tempo mínimo para contribuição para ter direito a aposentadoria (35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres); eliminação da aposentadoria proporcional e; instituição por meio da Lei 9.786, de 26/ 1999 do Fator Previdenciário, que é uma formula utilizada para calcular o valor a ser recebido no benefício por tempo de contribuição.

Conforme a Nota Técnica do DIEESE (2013, nº 130, p. 3), o valor do benefício pago pela Previdência Social passou a ser calculado com base na média aritmética dos maiores salários de contribuição, correspondente a 80% de todos os períodos em que o beneficiário contribuiu para Previdência, desde julho de 1994 até a data da aposentadoria (corrigido monetariamente), ajustado pelo fator previdenciário.

De acordo com a Nota Técnica do DIEESE (2013, nº 130, p. 3), o fator previdenciário considera para o valor do benefício, o tempo de contribuição e a idade na data da aquisição da

¹⁰ A reforma da previdência de 1998 teve como principais alterações: substituição do conceito de “tempo de serviço” pelo “tempo de contribuição”; criação do Fator Previdenciário” (1999) para quem tem 35/30 anos de contribuição e não tem 65/60 anos de idade; estabelecimento de Teto Nominal (hoje em R\$ 2.894,28); desvinculação dos benefícios da Previdência superiores ao piso ao salário mínimo (Lei 8880/94 – Plano Real e Lei 9.032/95); alteração do cálculo dos benefícios da média: dos últimos 36 salários para a média das 80% maiores contribuições desde 1994; eliminação da aposentadoria proporcional (NOTA TÉCNICA Nº 130 DIEESE, 2013, p. 2).

aposentadoria, assim como a expectativa de vida a partir desta idade, com base no indicador médio contido na tábua do IBGE, calculada anualmente. Ainda conforme a Nota Técnica do DIEESE (2015, n. 146, p. 4), o fator previdenciário prejudica todos os trabalhadores que pretendem se aposentar por tempo de contribuição, principalmente, aqueles que entram precocemente no mercado de trabalho, começam contribuir mais cedo para Previdência Social e que atingem o tempo mínimo requisitado na faixa 50/55 anos.

Segundo a Nota Técnica do DIEESE (2015, n. 146, p. 4) os dados da previdência mostram que a idade média da aposentadoria, por tempo de contribuição, para os homens é 55 anos e para as mulheres de 52 anos. Portanto, se os homens e as mulheres se aposentarem com essa idade, por tempo de contribuição, tiveram os seus benefícios reduzidos em 30% e 37%, respectivamente. Percebe-se que as mulheres ainda são as mais prejudicadas com o Fator Previdenciário. Como se pode observar através do que foi exposto os trabalhadores são obrigados a permanecerem mais tempo no mercado de trabalho, bem como contribuírem para Previdência.

Em vista desse contexto da redução da aposentadoria mediante aplicação do Fator Previdenciário, os trabalhadores vêm travando mais uma luta pelos seus direitos. Lutas estas, que vem desde década de 70, pois, conforme Coutrin (1998, p.78) a situação dos aposentados e pensionistas se agravou a partir de meados da década de 70, mediante a retirada do recurso da previdência pelo governo, em vista das dificuldades financeiras de outros setores da economia. Coutrin (1998, p.78) aponta que além da previdência se constituir como caixa de reserva, outros fatores como inflação e o achatamento salarial, refletiam nos benefícios dos aposentados.

De acordo com Haddad (*apud* Coutrin, 1998, p.78), a Lei 6.250, de 29 de abril de 1975, agravou a situação dos trabalhadores aposentados. A referida Lei foi responsável pelo fim do salário mínimo como “fator de correção” dos benefícios, passando este, a ser o sistema especial de atualização monetária. Haddad (*apud* Coutrin, 1998, p.78) também explica que, a situação dos aposentados se complicou ainda mais, em vista, do Decreto 77.077, de 24 de janeiro de 1976, que permitiu a abertura para defasagem do salário mínimo, mediante o estabelecimento do sistema especial de atualização monetária a um valor de referência diferente para cada região do país. Com esta medida, o governo se desobrigou de reajustar os proventos dos aposentados e estes, passaram a ganhar menos do que um salário mínimo.

Ainda não satisfeito com o empobrecimento dos aposentados e pensionistas, mediante as medidas acima, o governo aprovou a Lei 6.708, de 30 de outubro de 1979, causando uma grande defasagem da categoria dos trabalhadores aposentados. Conforme Coutrin (1998, p.79), o salário mínimo deveria ser corrigido pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) semestralmente e teria diferentes valores para os diversos níveis salariais acumulativos. Assim, os patamares salariais mais baixos deveriam ter reajustes menores, o que rebateu diretamente na categoria. Desta forma, os aposentados e pensionistas que recebiam o mínimo passaram a ter reajustes menores, como também tiveram seus benefícios corrigidos sobre os seis meses de salários mínimos anteriores, com isso a defasagem crescia a cada reajuste.

Portanto, diante do empobrecimento dos aposentados e pensionistas, em 1979, os mesmos buscaram se organizar ainda mais para fazer frente às medidas do governo. Entretanto, segundo Coutrin (1998, p.78) o movimento dos Aposentados e Pensionistas, nesse momento não se configurou como tal, só a partir dos anos 80 que Associações de Aposentados e Pensionistas de várias áreas profissionais se uniram e criaram suas centrais, tais como a Federação dos Aposentados Pensionistas de São Paulo, em 1983, e Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), em 1985. Desta maneira, dentro do contexto da crise da previdência, assim como da formulação da Constituição Federal de 1988, que o movimento dos Aposentados e Pensionistas organizou-se, fortaleceu-se e expandiu-se para todo o território brasileiro, ganhando expressividade nas reivindicações por direitos.

1.2 Crises do capital e o neoliberalismo

Conforme Simionatto (1997, p. 14), para responder à crise do capitalismo neste estágio globalizado, as principais diretrizes dos organismos internacionais recomendam que a Reforma do Estado seja orientada para o mercado, exigindo o abandono de instrumentos de controle político e a restrição na locação de recursos públicos, principalmente na área social. As agências de cooperação internacional, especialmente, o Banco Mundial, têm articulado uma “aliança tecnocrática transnacional”, no sentido de racionalizar os investimentos nessa área, diminuindo assim, o papel do Estado e fortalecendo as ações de natureza privada.

Ainda conforme Simionatto (1997, p. 14) os investimentos na área pública, que historicamente cresceram em vários países, principalmente no âmbito da Seguridade Social, são entendidos pelo Banco Mundial, como gastos mais quantitativos, não atendo às necessidades dos seguimentos populacionais mais pobres.

De acordo com Mota (20013, p.5), a partir da década de 1990 a orientação política das esquerdas latino-americanas foi a de resistir e se contrapor às imposições neoliberais que se difundiram pelo subcontinente, impostas pelos organismos financeiros internacionais, que por mais de duas décadas vigiaram a região devido às dívidas externas desses países. Essa resistência se fortaleceu ao longo dos anos 1990 e 2000, terminando com eleições parlamentares que levaram ao poder governos de esquerda e centro-esquerda nos principais países, como no Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador e Venezuela.

Os partidos de esquerdas latino-americanos chegaram ao poder com discursos anti-imperialistas e em defesa do desenvolvimento e da autonomia dos Estados nacionais, depois de quase três décadas de submissão à ortodoxia neoliberal, que resultou na efetivação de ajustes estruturais e na reestruturação produtiva, marcadas pela privatização das empresas estatais, reforma do Estado nos campos da educação, saúde e previdência social, além de mudanças na legislação trabalhista.

Ainda de acordo com Mota (2013, p. 5-6), os governos citados acima, incluindo o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ao longo deste século, terminaram por assumir uma perspectiva denominada de *novo desenvolvimentismo*, cujas bases de fundamentação estão sustentadas no chamado nacional-desenvolvimentismo, programa que influenciou a economia dos países subdesenvolvidos no período de 1940 até a década de 1970, sob as diretrizes da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). Já a estratégia *neodesenvolvimentista*, adotada no Brasil é sustentada pela combinação de financeirização, crescimento econômico e políticas compensatórias.

No Brasil o processo de reestruturação produtiva se dá na década de 1990, pela propagação do pensamento neoliberal. De acordo com Mota (20013, p. 9), a década de 1990 no Brasil é marcada pela crise econômico-política e pelos ajustes estruturais, orientados pelo Consenso de Washington, pois a reforma social do Estado se norteou por um duplo movimento: o da privatização das áreas da saúde, educação e previdência social (expansão do ensino superior privado, ampliação dos seguros, saúde privada e dos fundos de pensão com a previdência complementar) e da expansão das políticas dos programas sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), criado no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Portanto, o que se vê a partir dos anos de 1990 no Brasil é um processo de desmonte do Estado e a despolitização das políticas públicas sociais, que passam a ser organizadas sob a lógica dos organismos internacionais, para “combater a pobreza” através dos programas sociais de transferência de renda, compensatórios, focalizados e excludentes. Ocorreu o crescimento da pobreza, do desemprego e do enfraquecimento do movimento sindical, paralisando, em grande parte, os avanços e conquistas sociais alcançadas pela classe trabalhadora.

O DIEESE (2011.p.10) pontua que, desde 1970, o principal objetivo da política econômica do Brasil tem sido o controle da inflação, pois a estabilidade tão desejada desde o final do regime ditatorial só foi alcançada em 1994, com o Plano Real, que foi criado no governo de Itamar Franco. A política macroeconômica de 1994 a 1998 era voltada para o

controle inflacionário por meio da chamada âncora cambial¹¹, associado ao processo de abertura comercial, com a redução das alíquotas de importação, aumentando a concorrência da produção nacional com os produtos estrangeiros e forçava a queda dos preços internos.

Porém, a política econômica gerou elevado déficit no balanço de pagamentos e aprofundou o processo regressivo da indústria brasileira, devido à abertura comercial, a sobrevalorização do real e os elevados juros, fez com que a política econômica brasileira se tornasse refém dos ingressos do capital financeiro internacional.

Conforme a explicação do DIEESE (20011. p.11), as reações das empresas brasileiras, devido a sua menor competitividade, foram: a terceirização de atividades, o abandono de linha de produção, fechamento de empresas, racionalização da produção, as fusões, entre outros. Contudo, todas essas medidas tiveram como objetivo central a redução de custo, sobretudo da força de trabalho. O DIEESE (20011. p.11) pontua que, a indústria de transformação brasileira destruiu postos de trabalho e perdeu 50% de participação na produção nacional. O resultado foi um baixo e instável crescimento econômico, com forte crescimento da taxa de desemprego, da precariedade das relações de trabalho, da concentração de renda e aumento da pobreza.

¹¹ Âncora cambial é um instrumento de Política Econômica, o qual tem por função atrelar a moeda nacional a uma moeda estrangeira forte (como por exemplo, o dólar americano), buscando a estabilização, em termo de câmbio, da moeda nacional. Disponível em: <http://sriinvestidor.com/index.php/glossario>. Acesso em: 03 set. 2015.

Capítulo II- O TRABALHADOR IDOSO: PREVIDÊNCIA SOCIAL E O RETORNO PARA O MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho no capitalismo contemporâneo vem passando por transformações profundas, como foi abordado no capítulo anterior. Antunes (2011, 49) pontua as principais consequências do processo de reestruturação produtiva em relação ao mundo do trabalho como resultante da lógica destrutiva do capitalismo.

Observa-se, no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, uma múltipla processualidade: de um lado verificou-se uma *desproletarização do trabalho industrial, fabril*, nos países de capitalismo avançados, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviço; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressiva também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo do trabalho operário; vivencia-se também uma *subproletarização* intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a *sociedade dual* no capitalismo avançado, da qual os *gastarbeiters* na Alemanha e o *lavoro nero* na Itália são exemplos do enorme contingente de trabalhador imigrante que se dirige para o chamado Primeiro mundo, em busca do que ainda permanece do *welfare state*, invertendo o fluxo migratório de décadas anteriores, que era do centro para a periferia. O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora (ANTUNES, 2009, p. 47).

Antunes (2009, p. 49) diz que essa tendência da diminuição do proletariado industrial fabril, tradicional, manual, estável e especializado, que se desenvolveu na era da produção taylorista/fordista, processa-se em decorrência do quadro recessivo, e também em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma grande taxa de desemprego estrutural. Entretanto, como já exposto por Netto e Braz (2008, p. 216), com o processo de reestruturação produtiva ocorrido no período pós década de 1970, ocorre o aumento do

desemprego estrutural e a diminuição do proletariado tradicional que está ligado diretamente com a diminuição do trabalho vivo e aumento do trabalho morto.

Como Antunes (2011, p.49) pontua acima ocorre, paralelamente, a essa tendência, o crescimento do trabalho informal. O trabalho fragmenta-se, precariza-se e aumenta o contingente de trabalhadores inseridos no setor de serviços. Deste modo Alain Birhr (*apud* Antunes, 2011, p.49) ressalta que os trabalhadores com vínculos precários de trabalho, têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração, e a desregulamentação das condições de trabalho. Ocorrem simultaneamente, perdas dos direitos trabalhistas, a ausência de proteção e organização sindical, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial.

Outra tendência que vem ocorrendo no mundo do trabalho contemporâneo, ressaltada por Antunes (2011, p. 50-51), é o aumento do trabalho feminino. Antunes (2001, p. 50) exemplifica através da pesquisa feita em 1980 pela autora Helena Hirata, que aproximadamente 2,560 milhões das mulheres no Japão, naquela década, trabalhavam em tempo parcial e em condições precárias. Três anos depois uma pesquisa feita pela revista *Economista* de Tóquio mostra que esse número aumentou para 5 milhões. Conforme as pesquisas, a presença feminina representa mais de 40% do total da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados. Antunes (2011, p. 51) enfatiza que novos setores, como a indústria microeletrônica, vêm incorporando a mão de obra feminina. Entretanto, por mais que a mulher venha ocupando setores mais qualificados, com maiores responsabilidades, continuam recebendo os menores salários em relação aos homens, que executam as mesmas funções. Além disso, as mulheres continuam tendo o menor poder de decisões e menor exercício do poder político.

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos dos prescritos pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homem exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. (SAFFIOTI, 2001, p. 1).

Sendo assim, essa desigualdade entre homens e mulheres, não só na vida pública como na privada está ligada diretamente com os padrões culturais da sociedade capitalista, patriarcal, racista e machista, que subjuga, oprime as mulheres e aprofunda cada vez mais, as desigualdades e as discriminações, não só entre o gênero, mas também entre as classes sociais, etnias, raças e orientações sexuais. E como não bastasse aprofundar as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, o sistema capitalista também busca a exclusão dos jovens do mercado de trabalho.

Antunes (2011, p. 47) enfatiza que há uma inclinação crescente no mundo do trabalho de exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que não encontram emprego de carteira assinada. Estes jovens são obrigados a se inserirem no trabalho informal. De acordo com a Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE (2014, p. 132), em 2013, 51,1 milhões de trabalhadores não economicamente ativos, eram jovens com idade entre 16 a 24 e, dentre eles 40% (4,6 milhões), não estavam no ensino médio. A justificativa usada pelo MPC, ao expulsar os jovens do mercado de trabalho, é justamente a baixa qualificação que possuem este segmento dos trabalhadores.

Paralelo à exclusão dos jovens, há a exclusão dos trabalhadores com mais de 40 anos de idade do mercado. Por outro lado, existe uma grande inclusão de crianças e adolescentes no mundo do trabalho, principalmente, nos países considerados subdesenvolvidos.

E por último Antunes (2011, p. 56 -57) pontua que vem ocorrendo uma intensa qualificação da força de trabalho em alguns setores da produção, decorrente do desenvolvimento tecnológico. O capitalismo com o seu processo de reestruturação produtiva exige que os trabalhadores inseridos nestes setores sejam mais qualificados, capazes de lidar com várias atividades e operar com várias máquinas ao mesmo tempo. Ou seja, exige que os trabalhadores sejam polivalentes e multifuncionais.

No entanto, ocorre uma desqualificação de outras atividades, onde se observa um grande contingente de trabalhadores, com vínculos precários de trabalho, tais como os temporários que a qualquer momento podem ser mandados embora sem nenhum direito pago. Sendo assim, percebe-se uma fragmentação entre a força de trabalho, pois de um lado têm aqueles trabalhadores altamente qualificados que conseguem minimamente uma segurança no

emprego e um bom salário. Por outro lado, têm-se uma grande parcela de trabalhadores precarizados com péssimo salário.

2.1 Trabalho e aposentadoria: a política de previdência social

Para tratarmos da previdência social iniciaremos com uma síntese sobre a sua trajetória no Brasil.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2008, p. 290), o seguro social começa a ser implantado no final da fase da República Velha, isto é, no final do domínio da oligarquia cafeeira. Iamamoto e Carvalho (2008, p. 290-291), apontam que neste momento, ocorria uma forte opressão sobre os movimentos populares e que se iniciava uma prática de concessões a setores específicos do proletariado, mais especificamente, ligados ao Estado e à infra-estrutura da agroexportação.

Assim, surgem os primeiros modelos de Seguridade Social brasileira, que são reconhecidos legalmente, mesmo que de forma tímida, pela Lei Elóy Chaves. Aprovada pelo Parlamento em 1923, através do Decreto nº 4.682, regulamentava as CAPs (caixas de aposentadorias e pensões). A Lei Elóy Chaves, a princípio, era voltada para atender os trabalhadores ferroviários (em 1923) e, paulatinamente foi estendida para os trabalhadores marítimos e estivadores (em 1926), atingindo mais de 140 mil trabalhadores. Os principais benefícios eram: medicina curativa; aposentadoria por tempo de serviço; velhice ou invalidez; pensão por morte para dependentes dos assegurados e ajuda para funerária. Entretanto, a seguridade social era em resposta às lutas, às greves e às pressões por parte desses trabalhadores (IAMAMOTO E CARVALHO, 2008, p. 291).

Nesta perspectiva, Iamamoto e Carvalho (2008, p. 291), apontam que esses trabalhadores destacavam-se pela organização e por se vincularem a setores vitais da economia voltada para a agroexportação. Os ferroviários eram fortes economicamente, porque participavam dos escoamentos de todos os grãos e politicamente eram os mais organizados; os marítimos também eram fortes politicamente e economicamente eram fundamentais para o escoamento das mercadorias; já os trabalhadores rurais eram fundamentais economicamente, porém, não eram organizados politicamente e, deste modo ficaram de fora do Seguro Social até os anos 1970. Portanto, os beneficiados naquele período foram os trabalhadores, que eram fortes estrategicamente, política e economicamente.

Cada empresa ferroviária tinha suas próprias caixas e estas por sua vez tinham as suas próprias regras. As contribuições vinham dos trabalhadores, dos empregadores e do governo e eram organizadas pelos empregados e patrões. Ainda de acordo com Iamamoto e Carvalho (2008, p. 291-292), a partir de 1930, há uma acelerada ampliação do Seguro Social, agora vinculados progressivamente a uma política global do Estado para a classe operária. As CAPs deixam de ter por domínio as grandes empresas para abranger as chamadas Categorias Profissionais.

Desta forma, em 1933 foram criados os IAPS (Institutos de Aposentadorias e Pensões) que, paulatinamente, conforme a capacidade de barganha e pressão de cada setor (ferroviários e marítimos) passam a englobar grande parcela dos assalariados urbanos do setor privado e estatal. Diferente das CAPs, os IAPS, agrupavam os trabalhadores por categoria profissional e não por empresas. O primeiro Instituto a ser criado foi dos marítimos (em 1933), seguido dos comerciários e bancários (em 1934), quanto aos operários industriais, que representavam a maior categoria e a mais fragmentada, esperaram até 1938, quando se deu a criação do último grande instituto IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriais.

Assim sendo, os IAPS representaram a expansão da cobertura do seguro social. Segundo Iamamoto e Carvalho (2008, p. 291),

Em 1938, através de 99 CAPs e 5 IAPS, estavam sob a cobertura de diversas instituições previdenciárias mais de 3 mil milhões de assalariados urbanos e seus dependentes diretos, constituindo-se uma ampla e diversificada estrutura administrativa, profundamente marcada por sua vinculação ao Ministério do trabalho e à burocracia alimentada pelo sindicato corporativista.

Porém, na questão de proteção social e organização social, os institutos apresentavam uma série de problemas, tais como: exclusão dos trabalhadores rurais e do setor informal urbano, não protegia muito os assalariados do próprio mercado formal urbano, uma vez que estes não exerciam a profissão nos ramos de atividade contemplados pelos institutos e, ainda a participação dos IAPS dava-se aos trabalhadores vinculados aos sindicatos fundados pelo governo.

Coutrin (1998, p. 55), ressalta que a forma e o ritmo como a previdência se ampliou revelou a sua utilidade para o governo populista de Vargas. A previdência representou um eficiente cabo eleitoral, bem como um importante meio de controle da organização sindical.

No final do governo de Juscelino Kubichek, mais precisamente em 1960, foi aprovada a Lei Orgânica da Previdência Social, sobre o Decreto nº 3.807/60, que conforme apontam Iamamoto e Carvalho (2008, p. 293), tinha como objetivo unificar as contribuições e os planos de benefícios dos diversos institutos (IAPS). E em 1966, dá-se a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que unificou as Instituições Previdenciárias e, desta maneira, retiram-se definitivamente a autonomia dos trabalhadores, anulando assim o seu poder de liderança e organização sobre a previdência.

Em 1964, ocorre o golpe militar, e conforme Sabóia (*apud* Behring e Boschetti, 2010, p.134 -135), o Brasil vivia a expansão do “fordismo à brasileira”, por meio do chamado Milagre Brasileiro, cuja produção de automóvel e eletrodoméstico era em massa, para o consumo de uma pequena parcela da população. O chamado milagre Brasileiro iniciou no governo de Juscelino Kubichek, em 1955, com o Plano de Metas 50 anos em 5 (Programa Nacional - desenvolvimentismo. Tratava-se de uma política econômica que combinava o Estado, a empresa nacional privada e o capital estrangeiro). O investimento do capital estrangeiro se deu nas indústrias de bases, tais como: indústria automobilística, transporte, estrada de ferro, eletricidades e aço. Entretanto, Behring e Boschetti (2010, p.135), apontam que no contexto da ditadura esse plano ganha um caráter mais agressivo.

No Brasil da lapida frase “Ame-o ou deixe-o”, tais mecanismo são introduzidos sem o pacto social- democrata e sem os consensos dos anos de crescimento na Europa e EUA, e com uma distribuição muito restrita dos ganhos de produtividade do trabalho, mas que ampliou o mercado interno, embora aquém de suas possibilidades, alimentando os sonhos da casa própria, dos filhos doutores e do “Fusão” na garagem entre os segmentos médios e trabalhadores. De outro lado, expandia-se também a cobertura da política social brasileira, conduzida de forma tecnocrática e conservadora, retirando uma dinâmica singular de expansão dos direitos sociais em meio à restrição dos direitos civis e políticos, modernizando o aparato varguista (BEHRING E BOSCHETTI, 2010, p. 135).

De fato, o crescimento econômico brasileiro ocorreu nos períodos dos governos citados acima. O “bolo cresceu”, porém, não foi compartilhado por todos, apenas entre a

minoria burguesa, enquanto para classe trabalhadora restou baixos salários e aprofundamento da desigualdade econômica. Além disso, no período da ditadura, sobrou para a grande massa a perda da liberdade democrática, censuras, prisão, tortura, em suma, barbáries que até hoje são vivenciadas pelas famílias que tiveram filhos, pais, mães, irmãos mortos por este sanguinário regime.

No que tange as políticas sociais, Faleiros (*apud* Behring e Boschetti, 2010, p.136), afirmam que “o bloco militar-tecnocrático-empresarial buscou adesão e legitimidade por meio da expansão e modernização de políticas sociais”, com centralização dos Institutos no INPS, bem como a retirada dos trabalhadores do controle, como já mencionado. A previdência social passou a ser tratada como uma questão técnica e atuarial. Em 1967, os acidentes de trabalho passaram também para os INPS, contrariando as seguradoras privadas, paralelamente. Em 1971, ocorre a ampliação da previdência para os trabalhadores rurais por meio do FUNRURAL (Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador rural), que se caracteriza por se constituir em uma política mais redistributiva, uma vez que não se baseava na contribuição dos trabalhadores, mas sim, por uma pequena taxação dos produtores, mesmo sendo um valor irrisório de meio salário mínimo.

Em 1972, acontece a inclusão dos empregados doméstico; em 1973, inclusão dos jogadores de futebol e dos autônomos; em 1978, os ambulantes; em 1974, cria-se a Renda Mensal Vitalícia para os idosos pobres, no valor de meio salário mínimo para os que tivessem contribuído pelo menos um ano para previdência, que foi substituído pelo BPC.

Ainda de acordo com Behring e Boschetti (2010, p. 136), o Ministério da Previdência e Assistência Social foi criado em 1974, incorporando a LBA. A Fundação Nacional para o Bem-estar do menor (Funabem), criada em 1965, substitui o antigo SAM extinto em 1964, sem alterar o seu caráter punitivo, mantido no Código de Menores de 1979. Incluindo também a Central de Medicamentos (CEME) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev).

Behring e Boschetti (2010, p. 136) ressaltam que esse emaranhado e complexo de instituições se transformou, com uma ampla reforma administrativa, no Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS), em 1977, que compreendia o INPS, o Instituto Nacional de Assistência Médica (Inamps) e o Instituto Nacional de Administração da

Previdência Social (IAPS), além das instituições referidas acima. Behring e Boschetti (2010, p. 136), também ressaltam que entre previdência, assistência e saúde, impôs-se uma forte medicalização da saúde, com ênfase no atendimento curativo, individual e especializado, em detrimento da saúde pública, em estreita relação com o incentivo à industrialização de medicamentos e equipamentos médico-hospitalares, orientados pela lucratividade.

De acordo com Behring e Boschetti (2010, p. 137), a institucionalização da previdência, da saúde e da assistência, na ditadura, impulsionou uma política nacional de habitação com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Desta forma, esse período foi marcado por um forte crescimento das empreiteiras, num contexto de falta de transparência e controle dos gastos públicos. Combinava-se a essa política a criação de fundos de indenização aos trabalhadores, que constituíram mecanismos de poupança forçada para o financiamento da política habitacional (FGTS, PIS, PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

Ainda segundo Berhring e Boschetti (2010, p. 137), ao mesmo tempo em que a ditadura impulsionava políticas públicas, mesmo restritas quanto ao acesso, como estratégia de buscar a legitimação, paralelamente, abria espaço para a saúde, a previdência e a educação privada. Desta maneira, configurou-se um sistema dual de acesso às políticas sociais: para quem pode e para quem não pode pagar. Além dessa herança, o regime militar também deixou milhões de pessoas fora do complexo assistencial, mesmo com ampliação dos acessos público e privados.

Nos anos 1980, já nos últimos anos da ditadura e do governo Sarney, segundo Berhring e Boschetti (2010, p.143) ocorreram iniciativas insignificantes no enfrentamento das expressões da questão social. O carro chefe da política social de Sarney foi o Programa do Leite, mais voltado para instrumentalizar as associações populares, as quais eram responsáveis pela distribuição dos tickets para as famílias. Esta política gerou mais vantagens clientelistas, do que ampliação o acesso à alimentação.

Portanto, na década de 1980, mantém-se o caráter compensatório, seletivo, fragmentado e setorizado da política social. Ainda segundo Berhring e Boschetti (2010, p. 143), com o aprofundamento das expressões da “questão social”, mediante o cenário da crise econômica nesse período, houve propostas de reestruturação das políticas sociais pelo

governo Sarney, destinadas a repensar as políticas de previdência, saúde, educação e assistência que, entretanto, não foram implementadas.

A seguridade Social, historicamente, é fruto das lutas da classe trabalhadora. Como já mencionado por Netto e Braz (2008, p.174), foi com a revolução de 1848 que os trabalhadores passam de “classe em si” e “classe para si”, situando-os como sujeitos revolucionários. Como não poderia ser diferente a Seguridade Social, historicamente, é fruto das lutas da classe trabalhadora. Segundo Boschetti,

Os direitos da seguridade social sejam aqueles no modelo alemão bismarckiano, como aqueles influenciados pelo modelo beveridgiano inglês, têm como parâmetros os direitos do trabalhador, visto que desde sua origem, esses assumem a função de garantir benefícios derivados do exercício do trabalho para os trabalhadores que perderam, momentânea ou permanentemente, a sua capacidade laborativa. Historicamente, o acesso ao trabalho sempre foi condição para garantir o acesso à seguridade social. Por isso, muitos trabalhadores desempregados não têm acesso a muitos direitos da seguridade social, sobre tudo previdência, visto que essa se move pela lógica do contrato, ou do seguro social. A seguridade social brasileira, instituída, com a Constituição brasileira de 1988, incorporou princípios desses dois modelos, ao restringir a previdência social a quem dela necessita. Em um contexto de agudas desigualdades sociais, pobreza estrutural e fortes relações informais de trabalho, esse modelo, que ficar entre o seguro e a assistência, deixa sem acesso aos direitos da seguridade social uma parcela enorme da população (BOSCHETTI, 2009, p. 324).

Segundo Boschetti (2009, p. 324) as primeiras iniciativas de benefícios previdenciários, que vieram a constituir a seguridade social no século XX, nasceram na Alemanha, no final do século XIX, durante o governo de Bismarck, em resposta às greves e pressão dos trabalhadores, e os primeiros benefícios foram: seguro saúde, seguro para o momento da aposentadoria e seguro para acidente de trabalho.

Conforme Boschetti (2009, p.324), o modelo Bismarckiano é considerado como um sistema de seguros sociais, porque suas características assemelham-se às de um seguro privados: no que se referem aos direitos, os benefícios cobrem principalmente os trabalhadores; o acesso é condicionado a uma contribuição direta anterior e o montante das prestações é proporcional à contribuição efetuada; quanto ao financiamento, os recursos são provenientes, fundamentalmente, da contribuição direta de empregados e empregadores,

baseada na folha de salários; em relação à gestão, teoricamente (e originalmente), cada benefício é organizado em caixas, que são geridas pelo Estado, com participação dos empregadores e empregados.

Em 1942 foi criado o plano Beveridge, na Inglaterra, durante a Segunda Guerra. Esse plano criticava o modelo Bismarckiano, vigente até então, e propunha a instituição do Welfare State. No sistema beveridgiano os direitos têm caráter universal, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de necessidade. O financiamento é proveniente dos impostos fiscais e gestão pública estatal. Os princípios fundamentais são a unificação institucional e uniformização dos benefícios. (BOSCHETTI, 2009, p.325).

Para Boschetti (2009, p. 325), enquanto os benefícios assegurados pelo modelo bismarckiano se destinam a manter a renda dos trabalhadores em momentos de risco social decorrentes da ausência de trabalho, o modelo beveridgiano, tem como principal objetivo a luta contra a pobreza. Boschetti (2009, p. 325) pontua que essas diferenças entre os princípios destes dois modelos de proteção social provocaram o surgimento de diferentes modelos de seguridade social nos países capitalistas, com variações determinadas pelas diferentes relações estabelecidas entre o Estado e as classes sociais em cada país. No Brasil, os princípios do modelo bismarckiano prevaleceram na previdência e o modelo beveridgiano no sistema de saúde (SUS), com exceção do auxílio-doença, tido como seguro saúde, porém, é regido pelas regras da previdência.

Na década de 1980, o Brasil viveu um momento de redemocratização. De acordo com Berhring e Boschetti (2010, p. 138), os anos 1980 são conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico, pois neste período, o país passava por mais uma crise econômica, com baixos salários e alto índice de desemprego. Mas também, os anos 1980 são lembrados como um período de conquistas democráticas, em função das lutas dos trabalhadores, dos movimentos sociais e da Constituição de 1988.

Esse período foi marcado por uma intensa disputa de interesses. Para classe trabalhadora, a Constituição, além de ser uma arena de luta, era também um campo de esperança. Conforme Berhring e Boschetti (2010, p.141), o movimento operário e popular marcou a arena política, que ultrapassou o controle das elites. A presença e ação dos trabalhadores juntos com os movimentos sociais intensificaram a agenda política ao longo dos

anos 1980 e pautaram alguns eixos da Constituição, tais como: reafirmação das liberdades democráticas, impugnação das desigualdades exageradas e afirmação dos direitos sociais; reafirmação de uma vontade nacional e da soberania, com rejeição da dominação do FMI; exigiam os direitos trabalhistas e reforma agrária.

É dentro desse contexto de correlação de forças e, de conquistas democráticas, que a Seguridade Social Brasileira foi institucionalizada pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que é conhecida como Constituição Cidadã por incorporar os direitos dos cidadãos. Entre eles destacam-se os direitos sociais que compreende os artigos 193 a 232. A disposição geral da seção da ordem social apresenta-se da seguinte maneira: “Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e com objetivo o bem-estar e a justiça social”.

Segundo Boschetti (2009, p.330) foi somente com a Constituição de 1988 que as políticas de previdência, saúde e assistência social foram reorganizadas e reestruturadas com novos princípios e diretrizes e passaram a compor o sistema de seguridade social brasileiro que, “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a segurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (art. 194. CF.1988). Os princípios e diretrizes dos serviços sociais, a universalidade de cobertura, uniformidade e equivalência dos serviços para população urbana e rural, seletividade e distributividade na prestação dos serviços, irredutibilidade em valores, assim como a equidade na participação e custeio do sistema, diversidade de financiamento, com caráter democrático e descentralização, possibilitando a participação da população.

Nesta perspectiva, a CF. 1988, em seu art. 196, apresenta a saúde como:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O Sistema Único de Saúde (SUS) está embasado nos princípios constitucionais, regulamentados pela Lei 8.080/90, que dispõe da promoção, proteção, e recuperação da saúde, organização e funcionamento dos serviços, também trata das diretrizes de gestão

descentralização, hierarquização e regionalização, com a participação das três esferas do Estado (municipal, estadual e federal) e pela Lei 8.142/90 que trata da participação da comunidade na Gestão do SUS e dos recursos financeiros da área da saúde.

No que se refere à Assistência Social, conforme o art. 203:

Art. 203- A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivo: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, o amparo às crianças e adolescentes carente; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação à vida comunitária; a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

A Assistência Social é regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei 8.742/93) que dispõe sobre a organização da assistência Social, assim como, pela Lei 8.842/94 e pelo decreto 1.744/95, que dispõem respectivamente, da aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da regulamentação do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Com relação à Previdência Social, de acordo com o art. 201.

Art.201 - A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: cobertura dos eventos de doenças, invalidez, morte e idade avançada; proteção à maternidade, especialmente à gestante; proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; salário-família e ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependente, observado o disposto no § 2.

As leis que regulamentam os dispositivos da previdência referidos na CF. 1988 são; a Lei 8. 212/91, que dispõe sobre a organização da seguridade Social, instituindo o Plano de Custeio dos serviços e a Lei nº 8.213/91, que trata dos Planos de Benefícios da Previdência

Social, instituindo o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) sendo este, instância deliberativa das questões relativa à Previdência Social.

No entanto, apesar de ter um caráter inovador e com intenção de estabelecer um sistema amplo de proteção social, a seguridade social, conforme Boschetti (2009, p. 330) acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho, (previdência); direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência). Ainda conforme Boschetti (2009, p. 330), as diretrizes constitucionais estabelecidas na Carta Magna de 1988, no art. 194, conforme já mencionada, não foram totalmente materializadas e outras, orientaram as políticas sociais de forma bastante diferenciada, de modo que não se instituiu um padrão de seguridade social homogêneo, integrado e articulado.

Para Boschetti (2009, p. 330), esses princípios poderiam redirecionar as políticas de saúde, previdência e assistência social, no sentido de articulá-las e formar um sistema de seguridade social amplo, coerente e consistente, com predomínio da lógica social e não da lógica contratual do seguro. Isso, contudo, não ocorreu em função de uma série de elementos conjunturais e estruturas.

Como já foi mencionada, a década de 1990 é marcada pela contra reforma do Estado sobre o comando do projeto neoliberal, que implicou na destruição da previdência social, no retrocesso dos direitos dos trabalhadores, assim como no aumento da pobreza. De acordo com Boschetti (2009, p. 330), quase todos os princípios, tais como: a universalidade dos direitos, a uniformidade e equivalência dos direitos, a diversidade de financiamento no sentido de transferir recurso do capital para o trabalho e a gestão democrática e descentralizada, estão sendo destruídos pelas contra reformas. Boschetti (2009, p. 330) pontua que os únicos princípios que não estão sendo diluídos dos serviços sociais são a seletividade e distributividade. Ao contrário, estes princípios estão sendo colocados em prática vigorosamente.

Boschetti (2009, p. 333) aponta os caminhos pelos quais está sendo destruída a seguridade social, são eles: a desconfiguração dos direitos previstos constitucionalmente, fragilização do espaço de participação e controle democrático previstos na Constituição de 1980, como os Conselhos e Conferências e; orçamento fiscal, pois todo esse desmonte é provocado pela contrarreforma do Estado.

De acordo com a explicação de Boschetti (2009, p. 333), no âmbito da saúde, os princípios do SUS (Sistema Único de Saúde), como a descentralização, participação democrática, universalização e integralidade das ações, estão sendo corridos devido aos poucos recursos, que precarizam o atendimento da população. Nas palavras de Boschetti (2009, p. 333), “é notória a falta de medicamentos, ausência de condições de trabalho, de orçamento de capacidade de absorção das demandas, o que se evidencia nas longas filas de espera por uma consulta ou internação.”.

Quanto à Assistência, também ocorre a mesma destruição. De acordo com Boschetti (2009, p. 333), a política de Assistência, não conseguiu superar o seu caráter histórico de focalização, seletividade e o fato de ser direcionada para atender os mais vulneráveis. Boschetti (2009, p. 333), enfatiza que os benefícios, serviços e os programas, não atingem mais do que 25% da população que teria direito, exceto o BPC e o Bolsa Família, que vêm crescendo rapidamente nos últimos anos. Ainda de acordo com Boschetti (2009, p. 333), o Sistema Único de Assistência (SUAS) tem se caracterizado com uma gestão da escassez, decorrente de uma política econômica que prioriza o pagamento dos juros da dívida. Os recursos federais repassados aos municípios para realização dos serviços socioassistenciais (que excluem BPC, RMV- Renda Mensal Vitalícia- e Bolsa Família) são reduzidos e apresentam tendência decrescente no Fundo Nacional de Assistência Social.

No que tange, ao desmonte da participação e controle democrático nos Conselhos e nas Conferências, segundo Boschetti (2009, p. 334):

Enquanto instâncias deliberativas e participativas, os Conselhos não estão sendo consolidados. Primeiro, devido a extinção do Conselho Nacional de Seguridade Social, que tinha função de articular as três políticas e atribuir unidades ao sistema. Em seguida, pela extinção dos Conselhos locais de Previdência Social, o que mostra a intenção de centralização do Conselho Nacional da Previdência Social. E, sobretudo, pelo movimento de institucionalização dos Conselhos, quase como um setor do estado. Essas medidas iniciativa dificultam a consolidação dos Conselhos como espaço autônomo de participação, controle e democrático e fiscalização.

Outro caminho do desmonte da seguridade social apontado por Boschetti (2009, p. 334) é o orçamento fiscal. Conforme a CF.1988, no art. 195, a seguridade social será financiada por:

Art. A Seguridade Social será financiada por toda sociedade, de forma direta e indireta nos termos da lei, mediante os recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I- do empregador, da empresa e entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: Inciso, caput, com redução determinada pela Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dezembro de 1998.

a) a folha de salário e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, a pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou faturamento;

c) lucro;

A lei complementar n. 70, de 30 de dezembro de 1991, instituiu contribuição para financiamento da Seguridade Social e eleva alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras.

II- do trabalhador e dos demais segurados para previdência social, não incluindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

III- sobre a receita de concurso de prognóstico;

IV- do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

§ 1ª As receitas dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§ 2ª A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e propriedades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

Entretanto, com a destruição da previdência social, grande parte desses dispositivos, não foi cumprida. Segundo Boschetti (2009, p. 334), a maior parte da arrecadação para previdência continua sendo dos empregadores e dos trabalhadores sobre a folha de salário, fazendo com que a seguridade tenha um caráter regressivo, pois, não transfere a renda do capital para o trabalho. Além disso, ainda segundo Boschetti (2009, p. 334) “ocorre uma usurpação de 20% dos recursos da seguridade social para o pagamento da dívida pública por meio da Desvinculação das Receitas da União”.

Deste modo, quem paga a maior parte da seguridade social são os trabalhadores, enquanto, as contribuições sociais baseadas no lucro (CSLL) e faturamento das empresas (Cofins) acabam sendo transferidas para as mercadorias, sobrecarregando os consumidores. De acordo com Boschetti (2009, p. 334), historicamente, a maior parte do recurso do orçamento da seguridade social fica com a previdência social, aproximadamente 60%, seguida pela política de saúde, em torno de 40% e a política de assistência, com média de aproximadamente 6%. Entretanto, as três políticas absorvem apenas 80% dos recursos, enquanto os outros 20% são destinados para outras políticas sociais.

A política econômica engole uma boa parte do orçamento da Seguridade Social, pois desde 1994, vem ocorrendo uma apropriação indevida dos recursos do orçamento da Seguridade Social, pela desvinculação das Receitas da União, que são retidos pelo Orçamento Fiscal da União e canalizados para a esfera financeira e geração do *supra*vit primário (BOSCHETTI, 2009, p. 334).

Neste sentido, Boschetti (2009, p. 335) aponta as varias trilhas pelas quais se desdobra o desmonte do orçamento da seguridade social:

a) uma é a realocação das receitas do orçamento da seguridade social pelo tesouro nacional, por meio da DRU, que vem crescendo anualmente. Além dos pagamentos dos encargos da dívida, os recursos desvinculados da DRU, são utilizados para cobrir aposentadorias do setor público, investimento em infraestrutura nos Estados e vale transporte e auxílio alimentação de servidores públicos.

b) outra é a baixa participação do orçamento fiscal no orçamento da seguridade social. O repasse de receitas do tesouro Nacional (orçamento fiscal) para a seguridade social vem sendo reduzido progressivamente, ou seja, o recurso do

orçamento fiscal, que deveria ir para a seguridade social, conforme determinação constitucional está sendo utilizado para outras destinações.

c) uma terceira é o mecanismo da isenção fiscal, que faz com que a seguridade social tenha enormes perdas de arrecadação. Calcula-se que a seguridade social deixa de arrecada anualmente em torno de R\$ 13 bilhões devido às renúncias previdenciárias às “entidades filantrópicas” (assistência, saúde e educação), micro e pequenas empresas e clube de futebol, segundo dados da ANFIP (2005). Ainda que legais, pois previstas em leis, essas isenções poderiam ser limitadas de modo a segurar maior arrecadação para seguridade social.

Como se pode perceber o recurso do fundo público, que é construído pela classe trabalhadora, deveria manter as políticas sociais. No entanto, é usado pelo governo para pagar à dívida pública e para privilegiar o grande capital. Ainda de acordo com Boschetti (2009, p. 335):

d) Outra trilha de desmonte é a sonegação fiscal. Dados da ANASPS (Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social) revelam que, entre 2003 e 2005, o governo acumulou R\$ 100 bilhões de *déficit* de caixa no INSS por motivo de uso indevido do orçamento da seguridade social, sendo R\$ 90 bilhões em função de sonegação, evasão e elisão contributiva e R\$ 35 bilhões em função de renúncias contributivas.

e) O favorecimento de planos privados de aposentadoria, que proliferam após a contra reforma da previdência social, é outro caminho de desmonte, pois provoca uma privatização passiva, estimula a demanda ao setor privado, em detrimento do setor público. Em 2004, mais de seis milhões de brasileiros (as) já haviam se associado a planos privados, o que reduz e fragiliza a seguridade pública.

No que tange a aposentadoria, de acordo Boschetti (2009, p. 333), com a contra reforma do Estado, os governos restringiram direitos, reforçaram a lógica do seguro, reduziram o valor de benefícios, ampliaram a contribuição para obter aposentadoria, logo, o tempo de trabalho, abriram caminho para privatização e para expansão dos planos privados, bem como para os fundos de pensão.

Nesta perspectiva, de acordo com Granemann (2001, p. 83), a previdência privada tem se constituído globalmente como uma das mais importantes fontes de especulação que faz movimentar as bolsas de valores e a ciranda do capital financeiro internacional. Granemann (2001, p. 83) pontua que, os fundos de pensão, atualmente são responsáveis centrais, ou talvez, os mais importantes para a realização de dois grandes movimentos da acumulação

capitalista, que são: a centralização dos capitais e a financeirização da riqueza. Granemann (2001, p. 83), exemplifica que nos EUA, os fundos detêm um patrimônio de US\$5 trilhões, cerca de 65% de seu PIB; na Inglaterra, o patrimônio dos fundos de pensão é de aproximadamente de 800 bilhões de dólares e corresponde a 70% do PIB do país; na Holanda, o patrimônio é de 332 bilhões de dólares, superior ao PIB em 13%; já no Brasil, o montante de recursos patrimoniais dos fundos de pensão atinge a casa de 145 bilhões de reais, aproximadamente 15% do PIB.

Como se pode observar, aí está objetivo (o lucro) que leva os governos a destruírem a previdência pública para beneficiar o grande capital. Deste modo, obrigando o trabalhador a retirar uma parte do seu salário para adquirir um fundo de pensão soube a perspectiva de que no futuro terá uma “vida financeira confortável” fazendo com que este arrisque todo o seu investimento em uma especulação.

Como aponta Granemann (2001, p. 83) ao transformar a previdência pública em mercadoria, assim como a saúde, o acesso é direcionado para aqueles trabalhadores que minimamente podem pagar. Desta maneira, mostra o lugar ocupado pelos indivíduos na divisão de trabalho: “cada um de acordo com o seu contra cheque”.

Vale dizer, a previdência pública para os mais pobres e a previdência privada-inclusive os fundos de pensão-para aqueles trabalhadores melhor alocados na pirâmide do consumo e da renda. Decifrada a fórmula reparte-se a mágica poção: o elixir da felicidade, entretanto, não pode ser fartamente distribuído, porquanto destina-se somente aos trabalhadores com salário além do teto da previdência; somente estes terão acesso à borbulhante e afortunada bebida. (GRANEMANN, 2001, p. 83).

A Previdência Social é organizada por três regimes: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que abrange os trabalhadores pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e está sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); o Regime Próprio dos Servidores Públicos (RPPS), que abrange os servidores efetivos civis e militares no âmbito federal, estadual e municipal e pode ser administrado por um instituto ou fundo de previdência. A administração é feita pela Secretária de Políticas da Previdência Social (SPPS), do Ministério da Previdência Social e o Regime de Previdência Complementar (RPC), que é

proporcional e formado pelas entidades fechadas de previdência complementar, conhecidas como fundos de pensão.

O Fundo de Pensão é direcionado para complementar a previdência para além do teto que se aplica nos demais regimes. São instituições sem fins lucrativos que mantêm planos de previdência coletivos, restritos exclusivamente aos empregados de uma empresa e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. As diretrizes e normas são definidas pela Secretaria de Política de Previdência Complementar (SPPC), do Ministério da Previdência Social (NOTA TÉCNICA DO DIEESE, 2015, n. 146, p. 3).

A aposentadoria pode ser adquirida de três formas:

- a) por idade, que no caso dos trabalhadores urbanos é a partir dos 65 anos para homens e de 60 para mulheres, com no mínimo 15 anos de contribuição. O valor a ser recebido equivale a 70% do salário de benefício calculado por meio da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição do período, decorrido desde julho de 1994 (corrigidos monetariamente) mais 1% para cada ano de contribuição, até atingir o máximo de 100%. Para os trabalhadores rurais consideram-se cinco anos a menos;
- b) por invalidez, quando a capacidade laboral é prejudicada por acidente e/ou doenças, de acordo com a perícia médica e;
- c) por tempo de contribuição, em que é preciso comprovar 35 anos de contribuição para os homens e 30 para as mulheres. No caso dos professores, cinco anos a menos. O valor do benefício pago, calculado com base na média aritmética dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80% de todo o período em que o segurado contribuiu para a Previdência, desde julho de 1994 até a data da aposentadoria (corrigidos monetariamente), é ajustado pelo “fator previdenciário (NOTA TÉCNICA DO DIEESE, 2015, n. 146, p. 3).

2.2 Trabalho e salário: notas sobre: a política de salário no Brasil

Segundo os dados da SIS do IBGE (2014, p. 129), a taxa da população ocupada no trabalho formal registrada, em 2013 foi de 58,0% e o rendimento médio foi de R\$ 1921,00. Porém, a população ocupada em trabalho informal, isto é, sem carteira de trabalho assinada, em 2013, ocorreu uma pequena redução de 10,1% passando de 44,5 para 40 milhões. Dados referente aos estudos do IBGE demonstram que 62% dos trabalhadores inseridos no trabalho informal tinham até 8 anos de estudos, dentre eles 70% eram empregados sem carteira de trabalho assinada ou eram trabalhadores por conta própria e o rendimento médio total, em 2013, para esses trabalhadores foi de R\$ 1093,00

Apesar de ocorrer um crescimento do trabalho formal, conforme apontado pela SIS do IBGE (2014, p.129), não foi suficiente para reduzir o trabalho informal, muito menos, o quadro do desemprego. Existem 40 milhões de trabalhadores em situações precárias de trabalho, que são privados das políticas de proteção social, asseguradas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Logo, esses trabalhadores não têm acesso aos benefícios da previdência social, como seguro desemprego, FGTS, 13º salário, aposentadoria, pensão, seguro previdenciário, entre outros, só tem direito a esses benefícios quem contribui para Seguridade Social.

Nesta lógica, só tem acesso aos direitos da seguridade os chamados “segurados” e seus dependentes, pois esses direitos são considerados decorrentes do direito do trabalho. Assim, se destinam a quem está inserido em relações formais e estáveis de trabalho e possuem duas características centrais. Primeiro são condicionados a uma contribuição prévia, ou seja, só têm acesso aqueles que contribuem mensalmente. Segundo, o valor dos benefícios é proporcional à contribuição efetuada. Essa é a característica básica da previdência social no Brasil, que assegura aposentadoria, pensões, salário-família, auxílio-doença e outros benefícios somente aos contribuintes e seus familiares (BUSCHETTI, 2009, p. 326).

De acordo com Dedecca (*apud* Soares, 2011, 270), a luta por melhores salários associado à intervenção estatal, mediante a pressão dos trabalhadores, são instrumentos que os mesmos dispõem para elevar ou manter os seus salários e padrão de vida. Dedecca (*apud*

Soares, 2011, 270), aponta que no capitalismo contemporâneo, os principais determinantes dos salários são: a política de salário mínimo, a negociação coletiva e a barganha individual.

A negociação coletiva (NC) é feita pelos trabalhadores mais organizados e tem um importante papel na elevação dos rendimentos do trabalho. Para a Organização Internacional do trabalho (OIT) a NC deve prevalecer sobre a determinação da política de salário mínimo e barganhar individual, uma vez que (CN) garante resultados mais adequados às necessidades das partes (DEDECCA apud SOARES, 2011, p. 270).

Como já foi dito, o mercado de trabalho brasileiro está longe de ser estruturado. Desta forma, Soares (2011, p. 273), ressalta que um grande contingente de trabalhadores não está organizado, isto é, não tem organização sindical que os represente, que lute pelos interesses destes trabalhadores.

Para Soares (2011, p. 273) a intervenção estatal no mercado de trabalho é fundamental para regulá-lo, estabelecendo um salário mínimo legal para fazer frente às estratégias desenvolvidas pelo capital para ampliar a sua taxa de lucros. Desta maneira, é de extrema importância a manutenção da valorização da política de salário mínimo para os trabalhadores menos organizados. Soares (2011, p. 274), pontua que, a intervenção estatal no mercado de trabalho tende a beneficiar o sistema capitalista, uma vez que assegura o poder de compra dos trabalhadores, fortalecendo o mercado interno.

Os salários na economia capitalista têm variações, as quais são limitadas por condições objetivas de existência dos trabalhadores (estabelece-se um mínimo) e de reprodução capitalista. O valor máximo do salário é determinado, entre outras variáveis, na correlação de força entre capital e trabalho, considerando que o valor dos salários não pode ameaçar inviabilizar o processo de produção capitalista. Apesar disso, é sabido que a relação entre capital e trabalho é uma relação assimétrica, na qual o trabalhador é fragilizado em função da necessidade objetiva de ter que vender a força de trabalho a tese marxista de que o modelo de produção capitalista em função do progresso técnico e da concorrência, capital versus capital e da concorrência capital versus trabalho, produz um Exército Industrial de Reserva, o qual aumenta o poder dos capitalistas no mercado de trabalho na determinação dos salários (SOARES, 2011, p. 273).

De acordo com Soares (2011, p. 274), no Brasil, a política do salário mínimo atua em duas frentes: no mercado de trabalho serve para frear a superexploração da força de trabalho e na dimensão social, assegura um mínimo para os trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho, como os aposentados, os pensionistas e as pessoas que recebem o (BPC). Segundo o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014, p. 294), em 2012, 14 milhões de trabalhadores que recebiam remuneração laboral igual a um salário mínimo, e aproximadamente 18 milhões recebiam o valor do mínimo na forma de aposentadoria, pensão ou outros programas sociais.

Ainda de acordo com Soares (2011, p. 274), o SM, atua como um fator que se contrapõe à queda da renda dos trabalhadores na renda nacional, fazendo com que os trabalhadores tenham uma melhor participação na distribuição funcional da renda. O SM também opera na redução das desigualdades regionais, contribuindo para revitalização de regiões mais atrasadas. Mas, isto só é possível devido ao efeito duplamente positivo que o SM exerce nos rendimentos dos trabalhadores e das aposentadorias, principalmente da aposentadoria rural. Sobre esta última, Soares ressalta que:

Delgado analisando os dados dos censos de 1991 e 2000, afirma: “portanto antes e depois da implementação dos direitos sociais da Previdência Rural, revelaram que [...] houve melhoria significativa na distribuição da renda rural e em especial para os inativos e para as mulheres”. O Índice de Gini¹² para renda rural saiu de 0, 545 em 1991 para 0, 529 em 2000. No mesmo período, a renda rural dos inativos saiu de 0, 351 para 0, 235 (DELGADO, *apud* SOARES, 2011, p. 275).

Segundo Soares (2011, p. 275), o avanço do capital sobre o trabalho, expresso na flexibilização da legislação trabalhista e precarização dos salários, é outro elemento que exige a necessidade da intervenção do Estado no mercado de trabalho. Conforme Burawy (*apud* Soares, 2011, p. 275), essa fase se caracteriza pelo avanço do capital como “novo despotismo” e diz que essa não é a ressurreição do anterior, “é a tirania racional” da mobilidade do capital sobre o trabalho coletivo. Soares (2011, p. 276) ressalta ainda que no Brasil o salário mínimo também protege os trabalhadores assalariados que trabalham nas indústrias e que as mesmas

¹² O coeficiente de Gini é usado para mede a distribuição da riqueza e a desigualdade social. Para o coeficiente de Gini, quanto mais próximo de 1, maior desigualdade (SIS-IBGE, 2014).

buscam migrar para as regiões que oferecem incentivos fiscais e principalmente mão de obra barata.

De acordo com o IPEA (2014, p.305), historicamente o salário mínimo foi introduzido no mundo na virada dos séculos XIX e XX, porém, só a partir do final da década de 1930 e principalmente após a Segunda Guerra Mundial, que a instituição do salário mínimo passou a ser amplamente divulgada entre os países. O processo de institucionalização do salário mínimo se deu de forma simultânea com a criação dos sistemas de proteção social em vários países, e, ainda que a política do salário mínimo tenha variado bastante entre eles, já no final da década de 1950, poucos eram os países que não haviam implantado algum tipo de mecanismo para a fixação de valores para o salário mínimo.

O IPEA (2014, p. 305) pontua que, o salário mínimo no Brasil foi implantado durante a década de 1930 e seus primeiros valores foram fixados em 1º de maio de 1940 sob o governo de Getúlio Vargas, sendo definido como a remuneração mínima paga ao trabalhador capaz de atender às suas necessidades básicas, tais como, alimentação, vestuário, habitação, higiene e transporte. Na instituição do salário, levou-se em consideração a diferença de custo de vida existentes dentro do país, e assim, foram estabelecidos valores diferentes para o mínimo por região e sub-região, com os valores estipulados para os municípios (ou regiões metropolitanas) das capitais.

De acordo com Soares (2011, p. 276), a implantação do salário mínimo no Brasil, assim como a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, ocorreu simultaneamente com o processo de industrialização do país e do avanço do movimento dos trabalhadores. As políticas de proteção ao trabalho contribuíram para estruturar o mercado consumidor interno, mas também serviram para apaziguar a luta de classe. Neste período de 1940, o SM não teve reajuste, só voltou a ser valorizado no segundo governo de Getúlio, em 1952 e nos governos de Juscelino Kubistchek e João Goulart (1956-1960).

Porém, no período da ditadura militar, em 1964, o salário mínimo foi desvalorizado mesmo durante o elevado crescimento econômico. A década de 1980 foi marcada por alta taxa de inflação, que contribuiu para a manutenção do baixo poder de compra dos trabalhadores que recebiam o SM. Ainda conforme Soares (2011, p. 216), com a Constituição Federal de

1988 é acrescido à Lei do Salário Mínimo, unificando um só valor para todo território nacional, o que deve ser ajustado regularmente.

A constituição de 1988, no capítulo II, dos direitos sociais, artigo 7º, inciso IV, estabelece o salário mínimo:

Artigo 7º, inciso IV, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV- Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo sua vinculação para qualquer fim.

Como se pode observar, a política de valorização do salário mínimo tem sofrido fortes variações ao longo da sua história, assim como é alvo de intensa polêmica e de disputa entre as classes antagônicas. Segundo DIEESE (2010, p.13), foram nos últimos 20 anos que o salário mínimo experimentou historicamente o menor valor real, apesar de reafirmado constitucionalmente em 1988.

Nesse período, o salário mínimo se transformou numa espécie de vilão da economia brasileira, ou seja, na visão dos ideológicos neoliberais, a elevação do salário mínimo causaria uma série de tragédias na economia tais como: aumento do desemprego e do trabalho informal, aceleração da inflação, aumento da crise fiscal do Estado, principalmente devido às despesas no âmbito da Seguridade Social (aposentadoria, educação, saúde e assistência). Contudo, foi também nos anos de 1990, sobretudo a partir de meados da década atual, que o salário mínimo começou a ter uma pequena elevação, resultado da campanha nacional pela valorização do salário mínimo promovida pelo movimento unitário das Centrais Sindicais brasileiras.

De acordo com a Nota Técnica do DIEESE (2015, n. 143, p. 2) em 2004, as Centrais Sindicais, através das campanhas, realizaram três marchas conjuntas em Brasília com o objetivo de pressionar e, ao mesmo tempo, fortalecer a opinião dos poderes Executivos e Legislativo sobre a importância social e econômica da proposta de valorização do SM. Com isso, os resultados das marchas foram à elevação do salário mínimo, conforme mostram os dados: em maio de 2005, o salário mínimo passou de R\$ 260,00 para R\$ 300,00. Em abril de

2006 foi elevado para R\$ 350,00; em abril de 2007 foi corrigido para R\$ 380,00. Em março de 2008 o salário mínimo foi alterado para R\$ 415,00; e em de 2009, o valor fixado foi em R\$ 465,00. Já em janeiro de 2010, o piso salarial passou para R\$ 510,00, tendo um aumento real de 6,02%.

Atualmente de acordo com os dados recentes da Nota Técnica do DIEESE (2015, n. 143, p. 2), o salário mínimo é R\$ 788,00, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2015, conforme o Decreto 8.381/2014, publicado no Diário Oficial da União em 30 de dezembro. Ainda de acordo com Nota Técnica do DIEESE (2015, n.143, p.2), o reajuste é baseado na política de valorização do MS, previsto na Lei 12.382/2011. O reajuste do SM foi de 8,84% sobre os R\$ 724,00 que estavam em vigor durante 2014 e corresponde à variação do Produto Interno Bruto (PIB) em 2013, de 2,5% e a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculada pelo IBGE, em 2014 a variação foi de 6,3%.

A tabela 1 apresenta o processo do reajuste recente do salário mínimo desde 2002 até 2015, com piso fixado em R\$ 788,00, em janeiro de 2015 e representa a acumulação de 76,54% do ganho real do SM.

Tabela 1:

TABELA 1
Reajuste do Salário Mínimo 2003-2015

Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
Abril de 2002	200,00			
Abril de 2003	240,00	20,0	18,54	1,23
Maio de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Maio de 2005	300,00	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	5,10
Março de 2008	415,00	9,21	4,98	4,03
Fevereiro de 2009	465,00	12,05	5,92	5,79
Janeiro de 2010	510,00	9,68	3,45	6,02
Janeiro de 2011	545,00	6,86	6,47	0,37
Janeiro de 2012	622,00	14,13	6,08	7,59
Janeiro de 2013	678,00	9,00	6,20	2,64
Janeiro de 2014	724,00	6,78	5,56	1,16
Janeiro de 2015(*)	788,00	8,84	6,23	2,46
Total período	-	294,00	123,17	76,54

Elaboração: DIEESE
(*) Dado estimado para INPC de 2014

Fonte: Nota Técnica nº 143- DIEESE, 2015.

O salário mínimo no setor público tem uma grande importância, pois segundo a Nota Técnica do DIEESE (2014, nº 143, p. 5), o número de servidores que ganha até 1 salário mínimo é pouco expressivo nas administrações federais e estaduais, porém, nas administrações municipais, esse número é bem expressivo, principalmente, na região Nordeste como mostra a tabela 2.

Tabela 2:

Emprego no Setor Público por Faixa de Remuneração - Brasil e Grandes Regiões (em %)				
Região	Serviço Público Federal			
	Até R\$ 724,00	De R\$ 724 a R\$ 788,00 a	Mais de R\$ 788,00	Total (*)
Norte	4,57	0,49	92,32	100,00
Nordeste	4,25	0,32	92,70	100,00
Sudeste	4,09	0,17	93,05	100,00
Sul	2,79	0,09	95,09	100,00
Centro-Oeste	14,76	0,16	83,58	100,00
Total	8,17	0,21	89,44	100,00
Valor absoluto	90.010	2.278	985.205	1.101.466
Região	Serviço Público Estadual			
	Até R\$ 724,00	De R\$ 724 a R\$ 788,00 a	Mais de R\$ 788,00	Total (*)
Norte	8,42	1,44	85,92	100,00
Nordeste	9,09	2,36	85,81	100,00
Sudeste	7,59	0,83	87,71	100,00
Sul	1,76	0,09	96,67	100,00
Centro-Oeste	4,96	0,45	92,73	100,00
Total	7,18	1,15	88,48	100,00
Valor absoluto	238.312	38.278	2.935.623	3.317.943
Região	Serviço Público Municipal			
	Até R\$ 724,00	De R\$ 724 a R\$ 788,00 a	Mais de R\$ 788,00	Total (*)
Norte	18,84	5,00	70,84	100,00
Nordeste	23,85	5,79	64,46	100,00
Sudeste	8,08	2,42	86,00	100,00
Sul	5,84	2,03	89,03	100,00
Centro-Oeste	12,19	3,45	78,81	100,00
Total	13,99	3,73	77,77	100,00
Valor absoluto	802.062	214.062	4.458.535	5.733.254

Fonte: Nota Técnica nº 143 - DIEESE, 2015.

O DIEESE ((2014, nº 143, p. 5), aponta que o aumento de 8,84% sobre o salário mínimo na massa de remuneração dos trabalhadores do setor público, impactou nas administrações municipais no Nordeste e Norte, como mostra a tabela 3. Observa-se através desses dados como é grande a desigualdade salarial entre as regiões, assim como no setor público.

Tabela: 3

Brasil e Grandes Regiões Impacto do Reajuste do SM para R\$ 788,00 na Folha Total			
Região	Serviço Público Federal		
	Até R\$ 724,00	De R\$724,00 a R\$ 788,00	Total
Norte	0,39%	0,00%	0,39%
Nordeste	0,32%	0,00%	0,33%
Sudeste	0,33%	0,00%	0,33%
Sul	0,20%	0,00%	0,20%
Centro-Oeste	0,65%	0,00%	0,66%
Total	0,43%	0,00%	0,43%
Região	Serviço Público Estadual		
	Até R\$ 724,00	De R\$724,00 a R\$ 788,00	Total
Norte	1,26%	0,01%	1,27%
Nordeste	0,90%	0,02%	0,93%
Sudeste	1,17%	0,01%	1,18%
Sul	0,24%	0,00%	0,24%
Centro-Oeste	0,33%	0,00%	0,34%
Total	0,88%	0,01%	0,89%
Região	Serviço Público Municipal		
	Até R\$ 724,00	De R\$724,00 a R\$ 788,00	Total
Norte	3,69%	0,10%	3,79%
Nordeste	5,03%	0,11%	5,15%
Sudeste	1,41%	0,03%	1,44%
Sul	1,21%	0,03%	1,23%
Centro-Oeste	2,72%	0,06%	2,78%
Total	2,45%	0,06%	2,50%

Fonte: Nota Técnica nº 143 - DIEESE, 2015.

DIEESE, através da sua Nota técnica (2014, nº 143, p. 5), destaca a distribuição dos trabalhadores ocupados por faixa de rendimento que recebem salário mínimo nas diversas regiões brasileiras conforme mostra a na tabela 4:

Tabela: 4

Distribuição % dos ocupados, por faixas de rendimento em todos os trabalhos Brasil e Grandes Regiões, 2013					
Regiões	Com rendimento até 2 S.M.			Mais de 2 S.M.	Total Absoluto (mil pessoas)
	Até 1 S.M.	Mais de 1 a 2 S.M.	Total		
Norte	39,9	35,4	75,3	24,7	6.506
Nordeste	54,4	28,7	83,1	16,9	20.621
Sudeste	18,5	43,2	61,7	38,3	38.487
Sul	16,9	43,6	60,5	39,5	13.965
Centro-Oeste	52,4	37,5	89,9	39,0	13.976
Brasil	28,6	39,0	67,6	32,4	86.608

Fonte: Nota Técnica nº 143 - DIEESE, 2015.

Como já mencionado, o Norte e Nordeste (39,9% e 54,4%, respectivamente) concentram a maior proporção de trabalhadores que recebem até um salário mínimo e as que recebem mais de 2 salários estão concentrada no Sul (39,5%) e o Centro-Oeste (39,0%), conforme mostra a tabela a cima.

Também através da Nota técnica do DIEESE (2014, nº 143, p. 8), foi feita a relação entre o salário mínimo e a cesta básica, pois conforme o mesmo, “com o valor do salário em R\$ 788,00 e a cesta básica de janeiro estimada em R\$ 355,00, o salário mínimo terá então um poder de compra equivalente a 2,22 cestas básicas (cesta básica calculada pelo DIEESE, conforme Decreto No 399/1938, para indicar o valor do Salário Mínimo Necessário)”. Ainda de acordo com DIEESE (2014, nº 143, p. 8), a quantidade de 2,22 cestas básica é a maior registrada desde 1979.

2.3 O trabalhador idoso e retorno ao mercado de trabalho

No atual contexto de desenvolvimento do capitalismo as transformações no mundo do trabalho atingem os trabalhadores idosos duplamente. No que diz respeito aos seus direitos trabalhistas/previdenciários e, vinculado à retração destes direitos, a necessidade de retorna ou permanecer no mercado de trabalho.

Boschetti (2009, p. 333) afirma que as diversas contrarreformas da previdência, não só restringiram os direitos, como também reduziram o valor dos benefícios (aposentadorias e pensões), ampliaram o tempo de contribuição para previdência, bem como o tempo de trabalho, mediante aplicação do fator previdenciário, como já exposto.

Segundo os dados da SIS - IBGE (2014, p. 37), em 2013, 41,1% dos idosos residiam em domicílios com rendimento mensal per capita igual ou inferior a um salário mínimo, sendo que a maior proporção nesta condição está concentrada nas regiões Norte (59,6%) e Nordeste (61,2%). Assim, diante deste quadro o trabalhador idoso é forçado continuar a vender a sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência e da sua família.

O Estatuto do Idoso¹³ nos seus artigos 2º e 4º diz que:

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

No entanto, a realidade demonstra que os princípios do Estatuto não são efetivos. Percebe-se que o idoso tem o seu direito violado pelo próprio Estado, uma vez que se utiliza

¹³ Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003.

estrategicamente de mecanismos para violar os direitos dos idosos. Os benefícios da previdência social, direito do trabalhador são diminuídos, obrigando o trabalhador idoso a buscar outras fontes de renda para completar a sua aposentadoria.

Trento (2008, p. 35)¹⁴ mostra, em seu trabalho, a insatisfação dos idosos para com a previdência: 58% dos aposentados acham a previdência injusta; 14% acham insuficiente e mal organizada; 14% acham boa, mas pode melhorar e; 14% dizem que a previdência atende as necessidades básicas. Ainda de acordo com Trento (2008, p. 43), 29% dos entrevistados relatam que trabalham por causa da necessidade financeira, bem como para melhorar a condição de vida.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2014, p.37), em 2013, 64,4% dos idosos estavam inseridos em domicílio como referência, ou seja, eram os principais responsáveis por prover o sustento da família. Em 2013, o arranjo familiar mais comum entre os idosos (30,6%) era composto pelos idosos morando com os filhos, todos com 25 anos ou mais de idade, na presença ou não de outros parentes ou agregados. A presença das mulheres idosas morando com os filhos era 33,3% e os homens de 23,3%. O arranjo formado por casais sem filhos era de 26,5%, a proporção dos homens era de 33,4% e as mulheres, 21,0%. Quanto aos idosos que vivem sós, o percentual foi 15,1% para os homens e 17,8% para as mulheres.

Os indicadores acima revelam a diversificação dos arranjos em que o idoso está inserido. Entretanto, esta organização familiar está ligada diretamente ao cenário da crise econômica, baixo salários, desemprego estrutural e empregos precários, que permeiam a classe trabalhadora, como mencionado anteriormente. Em vista disso, muitas gerações acabam morando na mesma casa e tendo como uma única alternativa a dependência da renda do trabalhador idoso.

Conforme exposto no Estatuto do Idoso, no artigo 3º:

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

¹⁴ Idosos e Mercado de Trabalho: um estudo sobre os idosos aposentados que continuam trabalhando formalmente no comércio do centro de Florianópolis. Trabalho de conclusão de Curso em Serviço Social (2008).

Porém, o que mais se observa é a ausência do Estado no cuidado do idoso deixando esta responsabilidade apenas nas mãos da família, que em grande parte não dispõe de recurso.

Este quadro de miserabilidade se intensifica ainda mais mediante a ausência da aposentadoria. Em 2013, de acordo com os dados da Nota Técnica do DIEESE (2015, nº 146), a população de 60 anos ou mais era de 21.516.758 idosos. Destes, 81,9% tinham cobertura previdenciária, sendo que 18,1% de idosos estavam desprotegidos. Entretanto, este número é ainda maior, pois conforme o IBGE (2014, p. 37), em 2013, 23,9% de idosos não recebiam aposentadoria ou pensão, sendo que a taxa de ocupação foi de 27%.

Isto significa que são 23,9% de idosos que não têm acesso aos direitos derivados do trabalho, entre eles a aposentadoria, uma vez que só se tem acesso a este direito pela via da contribuição.

Segundo Boschetti (2008, p. 327), os trabalhadores que não contribuíram para a seguridade social, chegam aos 65 anos não tendo direito à aposentadoria. A exigência da lógica do seguro e a impossibilidade de sua manutenção para todos os trabalhadores, sobretudo os desempregados, empurram esses trabalhadores para a lógica da assistência, do direito não contributivo, como os idosos que recebem o Benefício de Prestação Continuada-BPC, que é destinado para as pessoas com 65 anos ou mais, e para pessoas deficientes, incapacitadas para o trabalho, mediante a comprovação de não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Conforme expresso no anexo referente à regulamentação do Benefício de Prestação Continuada na Política Nacional do Idoso¹⁵, Lei nº 8.842, de janeiro de 1994, capítulo I:

¹⁵ A Política Nacional do Idoso (PNI) foi aprovada no dia 04 de janeiro de 1994 por meio da Lei nº 8.842. A referida Lei prevê a implantação de políticas públicas que garantam os direitos do idoso dentro do que está previsto na CF 88, em relação aos direitos sociais (educação, saúde, trabalho, habitação, lazer, segurança, previdência Social, Assistência Social, transportes e cultura). A Política Nacional do Idoso-PNI é organizada e administrada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com a participação dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal do Idoso, competindo a estes conselhos a supervisão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da PNI nas suas respectivas Instâncias.

Art. 1º O Benefício de Prestação Continuada previsto no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso, com idade de sessenta e cinco anos ou mais, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

§ 1º O Benefício de Prestação Continuada integra a proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em consonância com o estabelecido pela Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

§ 2º O Benefício de Prestação Continuada é constitutivo da PNAS e integrado às demais políticas setoriais, e visa ao enfrentamento da pobreza, à garantia da proteção social, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, nos moldes definidos no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.742, de 1993.

§ 3º A plena atenção à pessoa com deficiência e ao idoso beneficiário do Benefício de Prestação Continuada exige que os gestores da assistência social mantenham ação integrada às demais ações das políticas setoriais nacional, estaduais, municipais e do Distrito Federal, principalmente no campo da saúde, segurança alimentar, habitação e educação.

Sendo assim, o trabalhador idoso é obrigado a retornar para o mercado de trabalho e aquele que já está inserido, busca permanecer diante das perdas dos seus direitos. De acordo com os dados da SIS - IBGE (2014, p.37), em 2013, taxa de ocupação do trabalhado idoso acima de 60 anos foi de 27,4%. Ainda destaca que 15,6% eram aposentados, mas que ainda continuam trabalhando, sendo que o indicador foi de 23,2% para os homens e 9,5% para as mulheres. Como se pode observa o número da força de trabalho idosa do sexo masculino é mais expressiva do que a feminina. Pode-se relacionar tal fato com a inserção da mulher tardiamente no mercado de trabalho, além disso, observa-se que muitas mulheres idosas aposentadas estão inseridas no trabalho do lar, como por exemplo, cuidar dos netos, isto mostra o tanto que os valores patriarcais permeiam a sociedade.

Quanto a principal fonte de rendimento dos idosos com 60 anos ou mais de idade, na semana de referência, foi aposentadoria ou pensão (67,6%) e o trabalho contribuiu com 28,3% da composição do rendimento nesta faixa etária.

Atualmente, o discurso da mídia, assim como dos Institutos de Pesquisas é de que há uma expansão do mercado de trabalho para população idosa, e que grande parte desse segmento populacional está retornando para o mercado, mesmo aqueles que já estão

aposentados. Entretanto é necessário questionar em quais condições de trabalho estão inseridos este segmento dos trabalhadores.

Observa-se diante da realidade do mercado de trabalho que o retorno do trabalhador idoso e/ou a sua permanência no mercado, em grande parte se dá de maneira precarizada, em atividades menos qualificadas, tais como no setor de serviços e do comércio, que apresentam um grande índice de informalidade. Além disso, o reingresso desses trabalhadores se dá em situações menos vantajosas do que as do emprego anterior, principalmente, para aqueles trabalhadores idosos que possuem baixa escolaridade. Segundo os dados da SIS do IBGE (2014, p.37), em 2013, 28,4% dos idosos tinham menos de um ano de estudo e 69% estavam inseridos no mercado de trabalho informal, isto é, sem carteira de trabalho assinada e sem contribuição previdenciária e com uma jornada de trabalho 34,7 horas semanais.

Conforme Fortes (2001, p. 40) há empresas que contratam idosos para trabalhar meio expediente, como, supermercados para função de empacotamento, junto aos caixas, ou que os empregam como *office-old* para efetuar os pagamentos em banco, dada a sua condição de aposentado ou velho.

Fortes (2001, p. 40) aponta que, as empresas não têm nenhum custo social ao contratarem o trabalhador idoso, uma vez que, não há necessidade de recolhimento para previdência, não têm custos com transportes, visto que, os idosos têm o direito à gratuidade, assim como não tem custos com alimentação, em vista que trabalham meio expedientes. Portanto, sobre o discurso de inclusão social e responsabilidade social, as empresas continuam explorando o trabalhador idoso e assim aumentando as suas taxas de lucro.

Considerações Finais

Procurou-se em nosso trabalho desenvolver uma análise crítica sobre o trabalhador o idoso: previdência social e o retorno para o mercado de trabalho.

Durante o trabalho averiguamos que no atual contexto de desenvolvimento do capitalismo as transformações no mundo do trabalho atingem os trabalhadores idosos duplamente. As medidas neoliberais atingem os seus direitos trabalhistas/previdenciários, ocorrendo à retração destes direitos. Em decorrência destas medidas e, sobretudo, da crescente acumulação da riqueza nas mãos de poucos, ocorre a necessidade dos trabalhadores aposentados com baixa renda, sobretudo, retornarem ou permanecer no mercado de trabalho.

Observamos que a reestruturação produtiva tem como único objetivo aumentar cada vez mais a produtividade das empresas, mediante, a diminuição do trabalho vivo e aumento cada vez mais do trabalho morto. Desta forma, destroem-se os postos de trabalho formal e ampliam-se o trabalho informal em escala global.

Verificamos através dos dados do IBGE, que existe uma grande parcela de trabalhadores idosos, que não recebem aposentadoria ou pensão, que residem em domicílios, com uma renda per capita mensal igual ou inferior a um salário mínimo e, que a maioria é responsável pelo sustento da sua família. E também, constatamos que existe uma grande parcela de trabalhadores idosos, que tem menos de um ano de estudo.

Sendo assim, observamos que os trabalhadores idosos, diante dos poucos salários da aposentadoria e do aprofundamento da desigualdade social, decorrente da contradição capital/trabalho, são obrigados a se reinserirem e/ ou permanecerem no mercado de trabalho para garantir a sua sobrevivência e da sua família.

Percebemos que o mercado de trabalho amplia cada vez mais a ocupação da força de trabalho idosa. Estes trabalhadores reinserem-se, sobretudo, no trabalho informal, no setor de serviço e do comércio, que apresentam um grande índice de rotatividade, de baixos salários, grande jornada de trabalho e ausência dos direitos trabalhistas. Desta maneira, o trabalhador idoso é duplamente prejudicado.

Observamos, também, que as empresas camufladas de responsabilidade social, se aproveitam da condição do trabalhador ser idoso para tirar vantagem, como o não pagamento dos benefícios previdenciário, do vale transporte, entre outras.

Notamos que diante da pouca estruturação do mercado de trabalho brasileiro a importância da valorização da política de salário mínimo, uma vez que a mesma atua em duas frentes: no mercado de trabalho serve para frear a superexploração da força de trabalho e na dimensão social, assegura um mínimo para os trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho, como os aposentados, os pensionistas, e para os idosos que recebem o Benefício de Prestação Continuada- BPC, que é destinado para as pessoas com 65 anos ou mais, e para pessoas deficientes, incapacitadas para o trabalho, mediante a comprovação de não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Também percebemos que a luta por melhores salários associados à intervenção estatal, mediante a pressão dos trabalhadores são instrumentos que os mesmo dispõem para elevar ou manter os seus salários e o seu o padrão de vida.

Por último, notamos que a intervenção estatal no mercado de trabalho é fundamental para regulá-lo, estabelecendo um salário mínimo legal para fazer frente às estratégias desenvolvidas pelo capital para ampliar a sua taxa de lucro. Desta maneira, é de extrema importância a manutenção da valorização da política de salário mínimo para os trabalhadores menos organizados.

Encontramos grande dificuldade em construir o trabalho. Primeiro em relação à bibliografia, percebemos que há pouco trabalho que trata sobre a temática e estes poucos, não problematizam a realidade do trabalhador idoso no mercado de trabalho.

As bibliografias buscam trabalhar, a reinserção da força de trabalho deste segmento de da classe trabalhadora no mercado, como algo positivo, sobre o argumento de que o trabalho dignifica o homem. Na atualidade, averiguamos a validade da afirmativa de Marx,

O trabalho no capitalismo não é, em si, um bem. Ao contrário, o trabalho, sob relações capitalista de exploração, produz alienação, destitui o homem da propriedade de sua força de trabalho, obriga o trabalhador a submeter-se a atividades ignóbeis a qualquer preço (MARX *apud* BOSCHETTI, 2009, p. 328).

Portanto, observamos que, na sociedade capitalista contemporânea o trabalho para o idoso não é, um bem, e sim, uma obrigação e uma imposição. Sendo assim, o trabalho não dignifica o idoso, mas sim, o transforma em um ser duplamente explorado.

Deste modo, diante do contexto das perdas dos direitos trabalhistas/ sociais, faz-se necessário continuar os estudos no sentido de conhecer a realidade relacionada aos direitos sociais do trabalhador aposentado e a sua permanência no mercado de trabalho.

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. Rio de Janeiro: UFF, 2001.

BERING, E., BOSCHETTI, I. O Brasil: da ditadura à redemocratização e a política social. *In*: BERING, E., BOSCHETTI, I.(orgs) **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 7ª ed, 2010. p.134-146.

BOSCHETTI, I. A política de seguridade social no Brasil. *In*: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Rio de Janeiro: CFESS, 2009. p.325-338.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm Acesso em: 28 ag. 2015.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Legislação do SUS/ Conselho Nacional de Secretários de Saúde. - Brasília: CONASS, 2003.p. 22-39.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. PNAS/ 2004. Brasília, Novembro 2005.

_____. Estatuto do Idoso. Lei 10.741/03, de 01 de Outubro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 09 ago. 2015.

_____. Política Nacional do Idoso. Lei 8842/94, de 04 de janeiro de 1994. *In*: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 1ª Edição, mai. 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/politica-nacional-do-idoso/Politica%20Nacional%20do%20Idoso.pdf/download>. Acesso em: 01 nov. 2014.

COUTINHO, C. Nelson. Notas sobre Cidadania e Modernidade. *In*: **Praia Vermelha. Estudos de política e teoria social**. Rio de Janeiro, vol.1,nº1, p.01-24, primeiro semestre de 1997.

COUTRIM, Rosa Maria da E. **Quem Disse que os Aposentados Estão Inativos? O Movimento de Aposentados e Pensionistas e o Jogo de Resistência contra o Poder.** In: Envelhecimento e Resistência: um estudo da identidade na associação de aposentados e pensionistas de São José dos Campos (1983-1990). Dissertação de Mestrado, Faculdade de História Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Franca, 1998.

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Código de Ética do/a Assistente Social Lei 8662/93.10ª Edição Revista e Atualizada. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 03 jun. de 2015.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. DIEESE. As mudanças de composição, intensidade e duração do desemprego urbano entre 1999 e 2009: um olhar sobre o desemprego de longo prazo. São Paulo: 2011. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/pesquisaDIEESE/2011/201112desempregoLongoPrazo.pdf>. Acesso em: 20 jun.2014.

_____. O fator previdenciário e seus impactos sobre os trabalhadores. São Paulo: Nota técnica, n. 65, abr. de 2008. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2008/notatec65FatorPrevidenciario.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2015.

_____. Salário Mínimo: instrumento de combate a desigualdade. São Paulo: 2010. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/livro/2010/SMinstrumentoCombateDesigualdade.pdf>. Acesso em: 30 set. 2014.

_____. Fator Previdenciário: por que mudar? São Paulo: Nota Técnica, n. 130, nov. de 20013. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec130fatorPrevidenciario.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2015.

_____. Política de Valorização do Salário Mínimo: salário mínimo de 2015 fixado em R\$ 788,00. São Paulo: Nota Técnica, n. 143, jan. de 2015. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec143SalarioMinimo.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2015.

GRANEMANN, S. Trabalho e Previdência: notas sobre esta Relação. PAZ, S. F.O trabalho (des) Humano e suas consequencias na Aposentadoria e na Vellhice. In: GOLDMAN, S, N, PAZ, S, F(orgs). **Cabelos de Neon**. Rio de Janeiro: Talento Brasileiro, Rio de Janeiro, edição não informada, 2001.p.32-48.

GENTIL, D. L. **A falsa Crise do Sistema de Seguridade Social no Brasil: uma análise financeira do período 1990-2005**. Brasília: Congresso Trabalhista Brasileiro, p. 01-29, fev. 2007.

HOFFMANN, R., LEONE, T. E. **Participação da mulher no Mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002**: In Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, V 14, nº 2, p.36-58, ag. 2004. Disponível em: <http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/430/428>. Acesso em: abril 2016.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. Instituições Assistenciais e Serviço Social: Previdência Social e Serviço Social. In: IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R (Org.). **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológica**. 24.ed. São Paulo, Cortez, 2008. p. 290.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população Brasileira (2014). Disponível em: http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/12/SIS_2014.pdf. Acesso em: 20 mai. 2015.

MAXIMIANO, A. C. A. **Pioneiros da Administração**. In: Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 4ª ed., 1995.

_____. **O modelo japonês de administração**. In: Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 4ª ed., 1995.

MARX, Karl,. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia: o processo de trabalho ou processo de produzir valores de uso. In: MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. Tradução Reginaldo Sant' Anna. Livro I. V. 2, 32ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.211.

MOTA, A. E. **A precarização do Trabalho na Indústria do Vestuário: apontamentos sobre a realidade Brasileira e Portuguesa**. Lisboa – Portugal: Socius, nº 04, p. 01-31, 2013. Disponível em: http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp_04_2013.pdf. Acesso em: 20 out. 2014.

MONASTERIO, L.M., NERI, M. C., SOARES, S. S. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Brasil em desenvolvimento 2014 : estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2014. v. 1 Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/web_bd_vol1.pdf. Acesso em: 15 abr. 2015.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 24 ed., 2008.

NETTO, J. P. Estado e questão social no capitalismo dos monopólio. In: **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 7ª ed., 2009. p. 09-151.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 3ª ed., 2011.

SIMIONATTO, I. **Reforma do Estado abre caminho para o mercado**. In: Revista Inscrita. Brasília: CFESS, N° 04, p. 13-18, 1999.

SOARES, M. A.T. **Salário mínimo e o paradoxo da redução da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: In Revista Oikos, V. 10, n° 2, p. 267-286, mar. 2011. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/254/162>. Acesso em: 30 jul. 2015.

SAFFIOTI, H. I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>. Acesso em: abril 2016.

TRENTO, G. **Idosos e mercado de trabalho: um estudo sobre os idosos aposentados que continuam trabalhando formalmente no comércio do centro de Florianópolis**. Trabalho de conclusão de curso- Centro Sócio Econômico de Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, n° 2090, 2008. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial285320.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015

SISTES CONSULTADOS

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm>. Disponível em: 25 jan. 2015.

<http://srinvestidor.com/index.php/glossario> Disponível em: 03 set. 2015.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Malthus. Disponível em: 17 ago.2015.